



Cadernos Temáticos do Nesp | número 4

---

50 ANOS DO GOLPE CIVIL-MILITAR  
A IGREJA E A UNIVERSIDADE

---

EMELY VIEIRA SALAZAR, HENRIQUE MOURA FARIA, JOSÉ LUIZ QUADROS  
DE MAGALHÃES, MAGDA DE ALMEIDA NEVES, MICHEL MARIE LE VEN,  
OTÁVIO SOARES DULCI, PAULO GABRIEL LOPES BLANCO, ROBSON SÁVIO  
REIS SOUZA (ORG.)

---

Verso da capa [em branco]

**50 anos do golpe civil-militar:  
a Igreja e a universidade**

## **CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP**

Número 4: **50 anos do golpe civil-militar: a Igreja e a Universidade**

### **NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)**

Grupo Gestor

Representantes da PUC Minas:

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães  
Robson Sávio Reis Souza (coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges (Pe.)  
Frederico Santana Rick  
José Zanetti Gonçalves

Secretaria

Carmen Lúcia de Araújo Vieira

### **COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO**

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães  
Robson Sávio Reis Souza

### **ORGANIZAÇÃO:**

Robson Sávio Reis Souza

### **REVISÃO:**

Adriana Maria Brandão Penzim  
Claudemir Francisco Alves  
Raquel Beatriz Junqueira Guimarães  
Robson Sávio Reis Souza

### **REVISÃO FINAL**

Claudemir Francisco Alves

# **50 anos do golpe civil-militar: a Igreja e a universidade**



**Belo Horizonte  
2014**

© 2014 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.



Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Professor Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-Reitora: Professora Patrícia Bernardes

Secretário de Comunicação: Professor Mozahir Salomão Bruck

Coordenador do Anima: Professor Carlos Frederico Barboza de Souza

Coordenador do Nesp: Prof. Robson Sávio Reis Souza

Catálogo na Publicação (CIP)

50 anos do golpe civil-militar: a Igreja e a  
Universidade / organizado por Robson Sávio Reis  
Souza. - Belo Horizonte: FUMARC, 2014.  
(Cadernos Temáticos do NESP, 4)  
112 p. (VERSÃO .PDF).

ISBN 978-85-8124-067-1

1. Brasil – História – Revolução, 1964 2.  
Brasil – Política e Governo I. Souza, Robson Sávio  
Reis II. Série

CDD: 981.062

Bibliotecária responsável: Cleide A. Fernandes CRB6/2334

**Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp**

**Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 04, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG**

**CEP: 30.535-901 – Telefone (31) 3319-4978**

## LISTA DE SIGLAS

AI	-	Ato Institucional
ANDIFES	-	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AP	-	Ação Popular
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCO	-	Centro Comunitário Operário
CEB's	-	Comunidades Eclesiais de Base
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CET	-	Centro de Estudos do Trabalho
CPC	-	Centro Popular de Cultura da UNE
CPOR	-	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
DCE	-	Diretório Central dos Estudantes
DOPS	-	Departamento de Ordem Política e Social
FAFICH	-	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
GETEC	-	Grupo de Estudos do Trabalho e Educação Comunitária
ICFT	-	Instituto Central de Filosofia
ID/4	-	Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria
IPM	-	Inquérito Policial Militar
JEC	-	Juventude Estudantil Católica
JOC	-	Juventude Operária Católica
JUC	-	Juventude Universitária Católica
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	-	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MR-8	-	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
POLOP	-	Política Operária
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	-	Pontifícia Universidade Católica
Sind-UTE	-	Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais

SNI	-	Serviço Nacional de Informações
TFP	-	Tradição, Família e Propriedade
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UCMG	-	Universidade Católica de Minas Gerais
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	-	Universidade Nacional de Brasília
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
UPP	-	Unidade de Polícia Pacificadora
USAID	-	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development)
USP	-	Universidade de São Paulo
VPR	-	Vanguarda Popular Revolucionária



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	7
<b>A IGREJA E A DITADURA</b> .....	12
<b>A militância na Igreja Católica</b> .....	14
Emely Viera Salazar	
<b>Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!</b> .....	20
Michel Marie Le Ven	
<b>Na luta contra a ditadura</b> .....	35
Padre Paulo Gabriel Lopes Blanco	
<b>A Igreja e o golpe civil-militar</b> .....	40
Padre Henrique Moura Faria	
<b>A UNIVERSIDADE E A DITADURA</b> .....	50
<b>A universidade, os cientistas e os governos militares</b> .....	52
Otávio Soares Dulci	
<b>A universidade e o golpe de 1964</b> .....	64
Magda de Almeida Neves	
<b>O que resta de 1964</b> .....	72
José Luiz Quadros de Magalhães	

[Página em branco]

## APRESENTAÇÃO

Criado em 2005, quando se comemoravam os 40 anos de publicação da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* – que, atualíssima, lembra aos cristãos a importância de sua ação no mundo visando à construção do bem comum e à promoção da justiça e da paz –, o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e Arquidiocese de Belo Horizonte (Nesp) vem-se dedicando, desde então, à educação política daqueles que, engajados em movimentos sociais, pastorais e nas mais variadas atividades da sociedade civil organizada, têm buscado “cooperar na solução das principais questões do seu tempo”<sup>1</sup>.

Ora, para que esses grupos possam levar a cabo tal tarefa e oferecer respostas inventivas às múltiplas demandas que se impõem, num cotidiano que sabemos tão complexo, é essencial a seus protagonistas manterem atento olhar à realidade, visando à compreensão em profundidade e extensão dos problemas que nos cercam, tendo como horizonte o advento de práticas transformadoras.

Assim, ao longo desses anos, na interface entre ensino, pesquisa e extensão, o Nesp tem direcionado suas ações à formação, capacitação, pesquisa e produção de conhecimentos que possam auxiliar tais grupos em sua atuação social e política.

Trabalhando de modo amplo e diversificado – não nos deteremos aqui em descrever as atividades do Núcleo e seus vários campos de atuação – dentre outras ações, o Nesp tem produzido e publicado materiais distintos, dos mais simples aos mais complexos, de acordo com o alcance formativo que se pretenda e os públicos a que se direcionam: cartilhas, livros, vídeos, textos eletrônicos, sempre com a finalidade de promover a circulação de conhecimentos e a reflexão sobre questões relevantes do mundo contemporâneo.

Em 2011, ampliando sua estratégia de divulgação e compartilhamento de saberes, o Nesp lançou a série “Cadernos Temáticos”, que objetiva sistematizar e divulgar, periodicamente, produções do Núcleo de especial relevância. Chegamos agora ao quarto livro dessa série, neste ano em que se relembram os 50 anos do golpe civil-militar que mergulhou o Brasil em duas décadas de arbítrio, autoritarismo e violência de

---

<sup>1</sup> *Constituição Pastoral Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual. Vaticano, 7 dez. 1965. Disponível em <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html)>. Acesso em 02 dez. 2013.

Estado contra todos os que ousaram defender o legítimo direito de todo povo a decidir autônoma e coletivamente os rumos de sua própria história.

Passado meio século desde o 31 de março de 1964, nada há a comemorar. Não há motivo para celebração. Todo motivo de festa está associado não ao golpe, mas à vida de tantas pessoas que ousaram pensar que um modelo diferente era necessário e possível. O caráter trágico desse evento histórico, porém, não permite relegá-lo ao esquecimento. É preciso relembrar os acontecimentos daqueles dias, primeiramente, porque é um direito inalienável de toda pessoa ou nação conhecer seu passado. Não se trata de contemplar os fatos como se fossem estáticos e pretéritos, mas parte-se do pressuposto de que toda narrativa recria, atribui sentidos, ressignifica. Na mesma medida em que se resgata algo esquecido, lança-se sobre ele nova luz e o reapresenta, fazendo-o cintilar e revelar facetas antes ocultas.

Isso conduz à constatação de que a memória coletiva é política. Uma memória é revelada, outra é silenciada; interesses foram favorecidos, outros, postos de lado. A história, então, é contada sempre de um determinado ponto de vista. Quase sempre do ponto de vista de quem detinha maior poder para fazer valer seu próprio modo de interpretar os acontecimentos. Sempre é tempo, no entanto, para “escovar a história a contrapelo”, como diz o filósofo Walter Benjamin. Isso significa dar uma chance para que as contradições e cesuras apareçam. Tal procedimento contraria a tendência que por vezes se verifica de ir-se acomodando ou domesticando o passado: uma tendência que quer reduzir à verdade única as múltiplas vozes que falam de uma mesma experiência.

É com o intuito de deixar ressoar essas variadas vozes que reavivam a memória dos fatos ocorridos no Brasil a partir de 1964 que o Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas propôs um ciclo de debates, ocorrido no dia 09 de abril de 2014. O evento aconteceu no auditório da PUC Minas, no *campus* Coração Eucarístico. Organizaram-se dois grupos de palestrantes, enfocando aspectos diversos do golpe civil-militar. As intervenções feitas nesse evento produzem agora um fruto novo neste livro.

O perfil dos autores é bastante diversificado. São pessoas leigas ou consagradas atuantes na Igreja Católica, estudantes e lideranças do movimento estudantil, professores universitários. São variados também os destinos que cada um deles seguiu nas décadas posteriores aos acontecimentos aqui lembrados. No entanto, todos têm em comum o fato de não haverem se conformado. Pagaram um alto preço por sua

resistência e – comprometidos com o projeto de evitar que a tortura e o arbítrio se repitam neste país – nestas páginas relatam sua vivência.

A primeira mesa do ciclo de debates abordou as relações entre “a Igreja e o golpe militar” e corresponde à primeira parte deste livro. Emely Vieira Salazar começou sua trajetória, naquela época, participando de movimentos da Igreja Católica e, em seguida, passou a integrar o movimento estudantil. Foi presa e submetida a vários tipos de tortura. Atualmente, Emely é coordenadora da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte. Atua no núcleo de apoio psicológico dos estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, devido à sua formação em Psicologia. Recentemente, foi nomeada para a Comissão Estadual da Verdade de Minas Gerais. Foi, ainda, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos de Minas Gerais (CONEDH), e coordenadora do Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas em Minas Gerais.

Em seguida, encontra-se o depoimento de Michel Marie Le Ven. Na época do golpe, Michel era padre assuncionista. Ficou conhecido como um dos “padres franceses do Horto” que, tendo chegado ao Brasil em 1965, foram presos e perseguidos pelos ditadores. Contra eles pesava a acusação de serem subversivos, quando, na verdade, estavam apenas pregando o Evangelho e seguindo os ensinamentos da Igreja. Michel tornou-se professor da UFMG onde trabalhou até sua aposentadoria. Ali se destacou – entre outras áreas de sua atuação – como estudioso da história oral. Em razão da ficha que dele se fez durante a ditadura, enfrentou problemas para conseguir sua naturalização no Brasil. Recentemente, Michel recebeu da Presidência da República brasileira um certificado no qual se reconhece seu direito de resistência contra o regime autoritário e em prol da luta de estabelecimento das liberdades públicas e da democracia.

A primeira parte do ciclo de debates contou também com depoimentos dos padres Paulo Gabriel Blanco e Henrique Moura Faria, ambos fizeram sua vida eclesial marcada por um histórico de intensa luta no período da ditadura. Continuam até hoje prestando serviços na articulação de movimentos sociais e de direitos humanos. O padre Paulo teve importante participação nos movimentos operários em Contagem e em Belo Horizonte, na região do Barreiro e no bairro Cidade Industrial. Além de escritor e poeta, o espanhol, que mora há 40 anos no Brasil, também naturalizado brasileiro, trabalha hoje na paróquia Cristo Redentor, no Barreiro.

Encerrou-se esta parte do debate com o depoimento do militante de movimentos de direitos humanos, padre Henrique Moura Faria. Em particular durante a década de 1970, ele foi uma referência para pessoas presas pela ditadura. Seus esforços, ao lado de personagens conhecidos como a Dona Helena Greco, evitaram que militantes políticos e da Igreja permanecessem presos e fossem torturados. Desde essa época, Padre Henrique desenvolve um importante trabalho no campo dos direitos humanos, na assessoria a movimentos sociais e a movimentos de juventude. Atualmente, Padre Henrique integra o Fórum Político Interreligioso, o Fórum das Pastorais Sociais e o Instituto DH.

Na segunda sessão de debates, discutiram-se as consequências do golpe para a universidade. Analisando as estratégias de resistência de estudantes e professores da Universidade durante o longo período que durou a ditadura no Brasil, o professor Otávio Soares Dulci, do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, apresentou um estudo produzido por um grupo de professores da UFMG, com registros de história oral, em que se relata a ação dos militares naquela Universidade. Dulci apontou que as universidades públicas foram mais controladas e vigiadas pelos militares, não obstante constatar que houve constrangimentos também em outras instituições de ensino superior, como a PUC Minas.

Na sequência, a professora Magda Almeida Neves, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, apresentou uma reflexão sobre a atuação do movimento estudantil durante os anos de chumbo. São abordados diversos aspectos históricos que permitem compreender o contexto da época e a “efervescência democrática, um momento de liberdade e organização política” que caracterizaram aquele período. Magda destaca os movimentos de resistência à política para o ensino superior no Brasil que os militares pretendiam adotar. Recorda também os eventos de repressão aos estudantes e suas entidades de representação, em várias cidades brasileiras.

Por fim, o professor José Luiz Quadros de Magalhães, da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, faz uma análise dos resquícios da ditadura na cultura social e política brasileira contemporânea. Para José Luiz os clamores crescentes pelo recrudescimento do estado penal, por exemplo, demonstram que o modelo de controle e repressão, utilizado fortemente durante a ditadura, ainda é tido como eficiente por importantes parcelas da sociedade e dos governos.

Os textos que integram este volume apresentam-se em formato diverso uma vez que não se buscou uma padronização, tendo sido facultado aos autores escolherem a melhor forma de apresentarem o registro de sua participação no debate. Parte do material resulta da transcrição das palestras. Em tais casos, respeitou-se o máximo possível a linguagem adotada pelo próprio palestrante, mantendo-se inclusive as marcas de oralidade. Intervenções foram feitas apenas no intuito de tornar compreensível para o leitor algumas passagens. Todos os textos foram submetidos à aprovação prévia de seus autores.

O Nesp agradece pela contribuição dos autores, aos membros do comitê editorial, e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização e publicação deste número dos cadernos temáticos.

Grupo Gestor do Nesp.

## **A IGREJA E A DITADURA**





**Foto 1:** Da esquerda para a direita: Pe. Henrique, Pe. Paulo Gabriel, Prof. Robson Sávio, Emely Salazar e Prof. Michel Le Ven.  
Crédito da foto: Dilson José



**Foto 2:** Público formado por alunos da PUC, religiosos e militantes de grupos de fé e política prestigiaram o evento.  
Crédito da foto: Dilson José

## A MILITÂNCIA NA IGREJA CATÓLICA

Emely Vieira Salazar

Bom dia a todos.

Muita gente pergunta: “você se importa de falar sobre aquela época? Eu sei que é difícil”. Não, para mim não é difícil. Em todo lugar que me chamam eu vou com muito prazer falar sobre a ditadura. Pelo seguinte: a minha história, o que aconteceu comigo é meu, mas a história, que faz parte da história deste país, é do povo, pertence ao povo. Então, nós devemos estar sempre divulgando.

Eu vou falar um pouco do meu percurso para vocês entenderem minha militância. Sempre me perguntam: “a qual partido você pertencia?” E eu falava e continuo falando que eu sou militante da Igreja Católica. Isso se deu da seguinte forma. Sou do Vale do Jequitinhonha, interior de Minas. Minha mãe, viúva, teve cinco filhas. Viúva, com menos de trinta anos, pensou: “Eu vou para a capital, porque pobre, viúva e com essa filharada mulher... Aqui, com quinze anos elas estarão casadas. Vou-me embora para a capital que lá elas podem estudar e trabalhar”.

Minha mãe veio para Belo Horizonte para estudar, para viver. Minha mãe era costureira. E eu tenho o maior complexo, porque eu não frequentei catecismo, não coroei Nossa Senhora, não vesti de anjo, não fiz primeira comunhão, nada, porque minha mãe se ocupava costurando para alimentar os filhos. Eu era muito complexada. Lembro-me no primeiro dia de aula, no Instituto de Educação, a professora, na chamada, ficava olhando: “Ah! Guimarães. Você é neta de Alphonsus de Guimarães; a outra, Varela, neta de Fagundes Varela”. Aí, quando chegou a mim: “você é filha de quem?” Eu disse que não era filha de ninguém. Eu pensei ter falado bobagem e hoje eu vejo que falei a verdade. Era isso mesmo... Naquele contexto eu não era filha de ninguém mesmo.

Mas aí a professora de religião – estava na época da Ação Católica em todos os colégios – foi implantar a JEC, a Juventude Estudantil Católica, no Instituto de Educação. Então, chamou umas meninas, um grupo de umas dez, e eu não fui chamada. E marcaram de se encontrar em frente à Igreja São José, em frente ao edifício Acaiaca. No dia e horário, “coincidentemente”, eu passei lá. Resumindo a história, fui a única

que ficou na Ação Católica. Cheguei a ser presidente da JEC, cheguei a ser conselheira nacional.

Na Ação Católica descobri a doutrina social da igreja. Descobri o que era povo, o que era desigualdade, o que era justiça social. Foi o meu engajamento na Igreja. Comecei com alfabetização de adulto na favela e veio o golpe de 1964. Estava fazendo teatro popular, no Centro Popular de Cultura. Com o golpe acabou tudo. E, mais boba que hoje, não sabia o que era direita ou esquerda; qual era o lado que tinha que apoiar.

Achava que o José de Magalhães Pinto era ótimo. Aí todo mundo perguntava: “você, do lado do Magalhães Pinto?” E eu dizia: “Uai, mas ele não é bom?”

O Paulo Freire esteve em Belo Horizonte para dar uma palestra sobre método de alfabetização lá na PUC da Praça da Liberdade. Não tinha elevador. O Magalhães Pinto subiu os seis andares para assistir à palestra. E começamos a alfabetização de adultos pelo método de Paulo Freire em Nova Lima. E o carro do Estado, o governador botou à disposição para nos levar. Então, não era um cara bom?

Então a ficha foi caindo. Acabou a alfabetização; acabou tudo. Não se podia fazer mais nada. Fiquei assim. E agora? Eu era contra estudar; não queria fazer curso superior, porque eu tinha pavor do comunismo, porque era aquela campanha: “comunismo come criança, mata, esfola”. Aquele negócio todo. Então, entrei para AP, a Ação Popular. Mas não podia reunir; não podia fazer nada. Eu achava que estudar, que a JUC – Juventude Universitária Católica – era comunizante e que o povo não queria. O povo começa a estudar e se afasta do povo. Vira universitário e se afasta do povo. Não queria, porque preferia ficar nas camadas populares. Mas, com o golpe, não me restou nada e eu fiz vestibular e entrei na Católica. Fui fazer Psicologia. E com o curso de Psicologia na Católica, eu entrei para o movimento estudantil. Eu fui do diretório acadêmico. Fui vice-presidente do DCE na militância estudantil. Fui presa três vezes, incluindo uma vez em que fiquei presa por uns dez dias no Departamento de Investigação, em Belo Horizonte. Aconteceu o trigésimo Congresso da UNE, o famoso Congresso de Ibiúna, em que se prendeu todo mundo. Não fui presa durante o congresso, mas fui detida depois e fiquei na penitenciária Estêvão Pinto, uns quatro, cinco meses e lá eu conheci a Yonne de Souza Grossi, que é uma professora aposentada daqui da PUC Minas, e muitas outras. Saí e continuei o curso. Quase perdi o curso, mas eu tinha boas notas e consegui me formar.

Logo em seguida a minha formatura, estava lá no DCE terminando as carteirinhas de estudante e falaram: “cuidado. Caiu muita gente lá na Fafich”. Pensei assim: “não me atinge; lá na Fafich, e eu sou aqui da Católica...” Não atinge? Quando eu cheguei em casa, daí a pouco a polícia chegou. Bateu na porta, foi entrando, entraram com um rapaz assim já todo machucado e sujo... Era o Herculano Mourão Salazar, que veio a se tornar meu marido. Pensei que ele tinha sido atropelado, qualquer coisa, todo sujo. Achei que era o lugar mais perto e que eles o levaram lá em casa. Aí eu sentei no sofá e ouvi uns gritos: “Não converse! não chegue perto!” Era o pessoal do DOPS.

Minha mãe correu para lá e me olhou. E eu falei: “calma, gente! Eu vou lá”. Acreditava nas instituições. Daí, então, eu acreditava que se alguém foi preso é porque devia alguma coisa; devia ter feito alguma coisa. Então, falei assim: “eu vou lá e tudo será explicado e eles vão ver que eu sou uma pessoa que não faz nada de errado e eu volto para casa”. Resultado: dois anos de cadeia.

Fui eu para o DOPS. Vocês já ouviram falar das torturas: pau de Arara, choque elétrico, palmatória e tudo que é tipo de dor. Fui conhecer tudo na prática. Vi que tudo era verdade; que acontecia com todo mundo. Era sessão de tortura quase todo dia.

No princípio, chego lá e explico tudo. Aí, fui caindo na real. Eles não queriam que eu falasse nada, não; queriam que eu confirmasse a história que eles tinham dito. “Você conhece? Não conhece? É isso, né?”

Fui ficando calada. Cheguei a um ponto em que falei assim “O quê? Hoje eu vou para tortura. O meu nome que eles perguntarem eu não vou falar. Eles não querem saber nada e eu não falo mais nada.” Eu não falava nada.

Fiquei lá e depois eu fui transferida para o presídio Estêvão Pinto. Fiquei uns quatro, cinco meses em uma cela isolada e minha família, quase doida, ninguém sabia de mim, porque eles negavam que eu estivesse presa.

Houve um dia – ainda lá no DOPS, que eu me lembre – em que me algemaram. Não sei quem conhece o DOPS. Debaixo da escada, tinha uma portinha onde se coloca vassoura, pano de chão entre outras coisas. Me botaram presa ali dentro e fiquei o dia inteiro algemada e presa, morrendo de medo das baratas. Depois soube que, nesse dia, foi uma comissão, lá no DOPS. Eles abriram o DOPS todo para mostrar que não tinha tortura e que ninguém estava lá. E eu amarrada lá em baixo. Eu fiquei sabendo disso depois.

Depois fui para o presídio de Linhares, em Juiz de Fora, onde eu fiquei mais ou menos um ano e meio presa. Ali nós fizemos uma greve de fome de quinze dias. Cheguei a pesar trinta e oito quilos quando saí de lá. O bispo de Juiz de Fora foi lá: “Vocês não podem fazer isso. Vocês vão morrer.” Achava tão normal morrer! Não via a diferença entre morrer e viver. Todo dia a gente ouvia as notícias de que fulano sumiu, apareceu morto. Porque era assim: eles tiravam as pessoas da prisão e depois o sujeito aparecia morto em algum lugar. Falavam que era conflito com a polícia; que ele fugiu e tal. A gente sabia disso. Lembro que eu falei com o bispo: “qual o problema em morrer? Se vivo não vale nada, quem sabe morto vale alguma coisa.” E ele me respondeu: “mas, minha filha, isso não é coisa de cristão.” E eu retruquei: “esses generais aí também se dizem cristãos”.

Teve um fato, o sequestro dos representantes diplomáticos. O sequestro foi do embaixador alemão, não me lembro muito bem. Sei que chegaram umas duas horas da tarde, que era o horário em que a gente ficava trancada na cela. Chegaram e abriram a cela e me chamaram. Eu estava com o cabelo todo cheio de óleo. Saí e, quando eu cheguei, eu vi a polícia do exército lá e então gritei: “Tão me levando!” Não podia falar nada. Todo mundo tinha que gritar para os companheiros: “estão saindo comigo!” Avisar, porque saía e ninguém sabia para onde iria.

Eu saí com aquele fuzil. Sabe com quem me algemaram? Com um grandão, e eu pendurada pelas mãos: o atual prefeito de Belo Horizonte, o Márcio Lacerda. Foi assim que eu fiquei conhecendo ele e nós tivemos um contato próximo na cadeia: foi na algema. E eu sem saber o que era aquilo. Então, nos levaram para umas instalações do exército e eu fiquei sabendo que o meu nome estava na lista dos presos que eles estavam pedindo para trocar pelo embaixador. Então disse: “mais essa! Era só o que me faltava.”

Eu sei que fiquei uma semana lá. Eles me levaram, colocavam minha mão aqui e ali, que era impressão digital para mandar para o Brasil inteiro. Eu estava com gesso no braço. “O que é isso? Vamos tirar.” E eu sempre falando: “mas eu não quero sair do Brasil. Eu não quero sair da minha pátria.” Falava o tempo inteiro que eu não queria sair. Então, um dia, eles saíram comigo. Tiraram a algema e disseram: “você pode se arrumar.” Fiquei pensando: “será que eu estou indo agora, o que é?” Levaram-me para uma sala, com uma mesa, tudo muito limpo e bonito. Mandaram-me sentar. Quando olhei tinha um fotógrafo lá, e eu não entendendo nada. Aí tinha um papel: “A senhora

vai assinar isso aí.” Sentei e li. Quando li, o papel falando que eu era contra aquilo, que eu não compartilhava com nada daquela luta e que eu era a favor da ditadura, enfim. Eu peguei aquilo e disse: “eu não vou assinar isso não!”

Perguntaram-me: “mas a senhora não falou o tempo inteiro que não quer ir?” E eu disse: “Não querer ir é uma coisa; ir é outra. Eu vou para qualquer lugar. Eu não quero ir mesmo não, mas eu vou. A pessoa faz uma coisa dessa, corre risco, coloca a vida em perigo e eu vou dizer que sou contra?” Então tornaram a me jogar para lá. Essa foi a minha experiência de cadeia.

No julgamento, eu saí livre. Sei lá quantos votos a quanto. O juiz: “pois é, minha filha, você agora toma jeito viu. Vê se não faz mais isso.” Eu disse: “fazer o quê? Se eu saí livre é prova de que eu não fiz nada de errado, né?” E ele disse: “É porque não tinha provas.” Mas tinha prova, sim. Tinha prova porque, na época do DCE, nós assumimos a tarefa de denunciar tortura.

Voltando um pouco atrás, era o ministro da justiça, o Jarbas Passarinho. Tinha saído em uma dessas revistas falando que não havia tortura no Brasil; que se houvesse era para denunciar que ele não permitiria. Então nós denunciemos a tortura. Tinha sido preso um grupo em Belo Horizonte: muitos alunos da medicina que denunciavam a tortura; advogados, familiares e nós denunciando. Não havia internet, nem computador, nada dessas coisas. Aquele mimeógrafo, a gente rodava o dia inteiro no diretório. E eu viajava para Rio, São Paulo, levava [o material mimeografado]. [Também] mandava [os panfletos] para o exterior, denunciando tortura. E quando nós fomos presos, eles tiraram lá do DCE todo material. Então, tinha o nome de todos os torturadores, tinha tudo. E também prenderam o quadro do Che Guevara que era assim muito grave. Prenderam o Che Guevara lá do DCE. Prova contra nós. Eles tinham todo aquele material que não interessava à Justiça. Tinha o nome de todos os torturadores. Então eles sumiram com as provas e eu saí livre, porque eles não tinham prova contra mim. Essa foi a minha experiência.

Agora uma coisa que eu digo é que eu continuo firme, de frente para esse passado e de frente para o futuro. Muitos dizem: “mas é uma coisa desumana o que eles faziam, uma coisa de animal. Tortura é coisa de animal.” E eu digo: não! Tortura não é coisa de animal, não. É coisa humana. Só o humano é que faz isso com seu semelhante. O animal não faz isso não.

Então, tortura é coisa humana. Eu olhava aquele sujeito que vinha me dar choque. Nunca tinha me visto, não sabia quem era eu, e ele naquela satisfação; via que ele tinha prazer. O torturador tem prazer de torturar. A coisa que mais me magoou foi quando eles me despiram lá no DOPS. Tenho ódio quando me lembro disso. Aquele porteiro, aquele povo todo lá. Arrancaram minha roupa toda e me mandaram falar um Salmo. “Anda! Fala um salmo aí! Ela é muito católica! Fala um salmo aí! anda! fala!” Até hoje eu tenho raiva quando me lembro disso.

As outras coisas o Robson já falou; eu saí, acompanhei os presos políticos; Dom Paulo Evaristo que orientou pra gente criar a Pastoral<sup>2</sup>.

Aqui estou às ordens de vocês. Muito obrigada.

---

<sup>2</sup> Trata-se da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte.

# PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA!<sup>1</sup>

Michel Marie Le Ven<sup>2</sup>

Quero dedicar este texto à memória do Padre-professor Hervé Croguennec, violentamente preso em 28 de novembro de 1968, na Igreja Senhor Bom Jesus do Horto, na Cidade de Belo Horizonte. Meu companheiro de todas as horas, se exilou “voluntariamente” na França. Faleceu em 2009, foi sepultado no meio de muitos irmãos que também deram sua vida ao povo brasileiro. Está em paz. Ninguém pediu perdão para ele pelas feridas que o acompanharam a vida toda. Eu quero venerar a sua memória.

## Introdução

Bom dia! Vou me ater, aqui, principalmente, a falar de mim. Faço isso com toda a autoridade do filósofo Montaigne para dizer: “não somente ousou falar de mim; e quando falo de outra coisa, engano-me, fujo ao assunto”. Mas como entender essa provocação de falar de si, quando o coletivo está no centro das questões, como aqui neste seminário? Logo, pergunto-me, por exemplo, a memória coletiva é algo que se preserva ou, ao contrário, se ativa permanentemente?

Por isso, quero falar de 1968, hoje. Quero dizer com isso que o ano de 1968 não é uma lembrança positiva ou negativa de passado, mas é um tempo vivido que nos habita hoje. Não é só lembrança, mas é a memória que se recria em nós a cada momento de vida e nos impele a viver o que somos, fazemos, sonhamos e lembramos no tempo presente. Não carregamos o passado e não temos o futuro nas mãos. Só vivemos no presente. Este presente contém a história e nos compromete com o amanhã.

O ano de 1968 não foi nem êxtase, nem pesadelo; não foi nem paraíso nem inferno. Ele foi um tempo de homens e mulheres que o viveram de um lugar, o lugar do homem do povo, trabalhadores, sindicalistas e até deputados que foram *caçados* e *cassados*, em 1964, por terem lutado e sonhado, e que o viveram com sua história de *silêncios* e de falas. Todas as falas recolhidas hoje dizem dos sentimentos, das emoções de pessoas que viveram estas últimas décadas de guerras, ditaduras, sonhos, atos, fatos e palavras. Estamos, hoje, no momento de escutar essas vozes, muitas e variadas. Não só

---

<sup>1</sup> Texto elaborado e revisado a partir de depoimento proferido por mim no *Ciclo de debates 50 anos do golpe militar*, realizado pelo NESP, da PUC Minas, no dia 09 de abril de 2014, em co-autoria com Rosely Carlos Augusto, mestre em psicologia social e doutora em educação. Agradeço por sua colaboração decisiva. Ela me ajudou a superar o meu esgotamento físico e vivencial, depois de passar mais de quatro meses contando e debatendo esses acontecimentos da ditadura, neste ano em que se completam 50 anos do golpe.

<sup>2</sup> Professor-aposentado da UFMG, doutor em ciências humanas pela USP.



para que a história possa ser escrita *às avessas*, mas para que as pessoas vivas sejam mais felizes, mais donas de sua própria fala. Essa é a forma, hoje, de nosso combate para *resistir à crueldade do mundo*. E também o nosso prazer de contar a história, de nossos feitos e de nossos não-feitos também, criando assim cultura, formando tradição, armazenando bens imateriais e espirituais, conformando a nossa memória. A memória de um povo que, no dizer *interessado* das elites, “não tem memória”.

Então somos, hoje, feitos de 1964, 1968, 1978, 1989 – anos em que aprendemos a dizer não e ensinamos novas lições, numa resistência e aprendizagem que se transformaram em poder e saber. Aprendemos, por exemplo, que é mais importante entender do que lembrar, embora para entender também seja preciso lembrar (SARLO, 2007). O que não é tarefa fácil, porque como nos diz Conceição Evaristo<sup>3</sup> (2003, p. 127-128):

A vida era um tempo misturado de antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser. [...] Andava [Ponciá] como se quisesse emendar um tempo ao outro, seguia agarrando tudo, o passado-presente-e-o-que-há-de-vir. [...] Lá fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio.

Aqueles fatos e a experiência de prisão e perseguição em 1968 me fazem sentir exatamente assim – misturado de tudo e de todos, agarrado a tudo, passado-presente-e-o-que há-de-vir... Não são só as marcas dos sofrimentos nos porões da repressão, mas também os sofrimentos que vieram de outras hierarquias...

68 não se tornou só um “ano impar”, como disse alguém, mas se tornou um ano inesquecível. O convite para um depoimento da experiência vivida coloca em debate muito mais do que uma avaliação pessoal sobre um ano que “teria sido melhor que não tivesse existido”, como disse Elio Gaspari. É um convite para refletir acerca do papel da memória coletiva, do passado-presente re-lembrado e re-construído. Não é sem custo emocional que se fazem esses depoimentos. O ano de 2014 fecha um tempo de rompimento do silenciamento que iniciei em 1998 e que nos foi imposto por mais de quarenta anos. Nós, os conhecidos “padres franceses do Horto” fomos, naqueles dias de

---

<sup>3</sup> Conceição Evaristo, autora de *Ponciá Vicêncio*, frequentava nossa comunidade religiosa no Horto, na década de 60.

68 e por mais de quatro décadas, objetos da fala do *outro* – acusados pelos militares; indivíduos suspeitos, para muitos; sujeitos advertidos e vigiados pelas hierarquias (religiosas ou não); objetos de várias manchetes de jornais anunciando “o perigo do comunismo”... Mas os tempos, hoje, são outros.

### **Mas 40 anos depois...**

Mas um belo dia, quarenta anos depois, um jovem vigário da igreja do Horto me telefona, dizendo: “O senhor é mesmo esse padre Michel que está aqui nos arquivos?” Eu disse: “Sou eu sim”. “O senhor aceitaria conversar conosco?” Eu falei: “Padre Elias, faz quarenta anos que eu espero isso; que alguém da Igreja se digne a me dizer uma palavra. O mínimo de história, pelo menos isso”. Mas todos nós, nesses anos todos, nos viramos, porque “navegar é preciso”. Ficamos quarenta anos sem nos encontrarmos, porque, de um lado, eu não podia expor as pessoas e todo o pessoal da juventude operária católica que foi preso.

Eu vou falar uma frase extremamente significativa que o Padre Elias me falou: “o senhor aceitaria vir aqui falar conosco, porque hoje na Paróquia do Horto, os homens e as mulheres, ninguém quer falar; eles parecem não ter identidade; eles não contam nada e eles parecem não ter memória”. Falei: “Têm memória sim, só que ela é difícil de se dizer”. E é isso que é o sofrimento que eu queria trabalhar também com vocês.

A psicanálise, as ciências sociais podem ajudar a entender isso. A ditadura provoca uma fenda nas pessoas de modo que é preciso um evento para suscitar o imaginário... revivê-lo e ressignificá-lo.

Então o padre falou: “Você aceita vir aqui conversar com o pessoal.” Eu disse: “É claro.” E realizamos na Paróquia um evento na noite do dia 12 de dezembro de 2008. Foi uma resolução do grupo que ali reencontrei a partir desse telefonema. Essa data marca a noite de 12 de dezembro, quando foi instituído o AI-5 – o Ato Institucional nº 5 – que significou “um golpe, dentro do golpe” e o recrudescimento da violência e da barbárie nos porões da ditadura.

Então, a partir daí, um grupo de paroquianos e ex-integrantes da JOC da década de 60, encontramos-nos durante um ano, quase uma vez por semana, e vamos agora publicar o significado e a visão nossa, nós que vivemos aqueles dias de 68... Mas não é só lembrar do sofrimento. Queremos também dizer como vivemos e resistimos por

longos quarenta anos. A tortura não mata a consciência; é por isso que trabalhamos muito, atualmente, com o conceito de memória. Memória é mais que lembrar. Memória é viver e agir. Essa é uma postura metodológica e política, que revoluciona o conceito de *memória*, por isso as ditaduras odeiam esse conceito. Mas não se constrói a consciência e o sentimento de pertencimento à pátria sem memória.

As disputas sobre o significado do passado têm como objeto real os embates do presente e o que nos dizem a respeito da construção do futuro. Desde sempre as elites se lançaram no afã do apagamento da memória da luta social. Não por acaso, no Brasil, a mídia tenta nos convencer de que a ditadura aqui não se constituiu em longos “anos de chumbo”, mas ao contrário foi uma *dita-branda*. Desmoralizar, ridicularizar, enterrar memórias para desmoralizar, ridicularizar, enterrar e liquidar esperanças, projetos sociais e históricos. É disso que se trata. O Brasil não pode suportar outra ditadura igual a essa. Em São Paulo, recentemente, tentaram reproduzir a *Marcha pela família com Deus*, passeata que marcou o ano de 64. Tentar repetir a história está fadado ao fracasso, senão ao ridículo! O que as elites querem é escrever uma história que apague o sentido dos movimentos coletivos da época.

Do ponto de vista das elites, é necessário reescrever a história para tentar recolocar no lugar o que foi desarrumado por aqueles jovens, camponeses, trabalhadores “abusados e radicais” de 68. Para as vozes da ditadura, eram eles os autoritários e destrutivos, não as ditaduras que combatiam, não as guerras que denunciavam. Para tal perspectiva, autoritários eram aqueles que lutavam e entoavam hinos à liberdade, que clamavam por justiça, por melhores condições de educação e trabalho.

Isso é muito importante. Talvez um dos problemas da tortura é que ela pretende nos obrigar a falar o que eles querem. A tortura física, é evidente que ela é terrível, mas há dores na alma que são ainda piores...

### **Da prisão em 1968 à anistia: uma história passada-presente de *um imigrante estrangeiro em belo horizonte***

Quero destacar ainda que, em 2003, eu acabei sendo convencido de que tinha de fazer e pedir a anistia. Uma advogada, irmã do Apolo Heringer, também perseguido naqueles anos, um dia ele me falou assim: “é um dever você pedir anistia”. E eu disse: se pedir anistia é um dever, então vamos fazer. E esperamos, o mais breve possível,

publicar o dossiê do processo de requerimento da Anistia, que intitulei *Fazer-se brasileiro: política e afeto 1965 a 2007*.

Em junho de 2007, a Comissão de Anistia deferiu minha anistia. Então, eu vou ler para vocês um documento que recebi da Presidência da República Federativa do Brasil, do Ministério da Justiça, da Comissão da Anistia:

Certificamos que Michel Marie Le Ven é anistiado político do Brasil nos termos da Lei 10.559, de 13/11/2002. O Estado brasileiro reconhece seu direito de resistência contra o regime autoritário e em prol da luta pelo restabelecimento das liberdades públicas e da democracia. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

Eu não fui o único que recebeu esse certificado. Eu o recebi com outros companheiros anistiados de Minas. E o recebo também em nome de meus irmãos religiosos, que gostaria de nomear – François Xavier Berthou, Hervé Croguennec (*in memoriam*) e José Geraldo da Cruz, hoje bispo de Juazeiro. E não podendo citar todos, digo *yo tengo muchos hermanos* e amei muitos e muitas... É com imensa honra que o dediquei ao meu pai e mãe e irmãos, que me ensinaram a viver. Todos nós combatemos o bom combate e, nesses longos anos, vivemos sempre “para que não se esqueça e nunca mais aconteça”.

Fiquei muito feliz, por esse certificado de reconhecimento, por duas coisas principalmente. Esse texto diz a coisa absolutamente certa: é o Estado brasileiro que reconhece o nosso direito, não o governante. É o Ministério da Justiça, é o Estado brasileiro. Então, o que é o Estado brasileiro? Vocês devem saber que isso é o fundamental e sempre temos que recorrer a um Estado. E não confundir as coisas: o Estado é a Lei. E a lei, para ser mudada ou subvertida, é necessário ter o consentimento popular, como nos dias atuais em que a sociedade está se mobilizando para uma reforma do sistema político no país.

É praticamente impossível expressar todos os acontecimentos vividos naqueles dias e anos, tanto pessoais como de outros dos principais companheiros e companheiras do Horto e suas reações frente ao exército e à hierarquia da Igreja. Confiamos que a memória escrita dos muitos que viveram aqueles dias seja apresentada e revelada mais

amplamente ao público, através da publicação que estamos preparando para divulgação, se Deus quiser, ainda neste ano. Então vamos aos fatos acontecidos.

Vivíamos, em 1968, o quarto ano de uma ditadura civil-militar que acabou se prolongando por mais de 20 anos, um tempo, naquela época, inimaginável. A luta pela liberdade e pela igualdade que se espalhava pelo mundo ganhava, entre nós, dimensões particulares, e, por certo, mais dramáticas. E se 68 continua incomodando passados cinquenta anos, mais ainda incomodou os poderosos da época. Por seu caráter inovador, abrangente e massivo, a onda de lutas e manifestações políticas e artísticas, culturais e comportamentais surpreendiam as forças tradicionais, tanto de esquerda quanto de direita.

A Igreja Católica no Brasil, nesse contexto, estava ainda mais perplexa e se contorceu num emaranhado de contradições e ambivalências, que a colocou, em boa parte, ao lado do Estado, das forças armadas e do mercado, contra o monstro ideológico do “comunismo”. Outras vezes, por força de muitas das congregações religiosas e grupos de padres e freiras, inseridos nas suas bases de evangelização e envolvidos pelos ares que vinham de Medellín e do Concílio Vaticano II, a Igreja se colocava ao lado dos oprimidos e excluídos. Ao lado dos “marginalizados”, como era mais comum se referir aos grupos sociais e minorias políticas, naquele contexto. E por isso, foram perseguidos, mortos, expatriados e são contados entre os desaparecidos em todas as partes do país.

Na memória coletiva do povo brasileiro, 1968 anunciou e continua anunciando que é possível inventar um Brasil e um mundo mais justo, menos violento, mais democrático e livre. Não podemos ignorar o extraordinário papel dos símbolos na construção dos movimentos sociais e mesmo das nações. Não é por outra razão que os eventos daquele ano continuam a ser lembrados, e não só pelos velhos e aposentados. O ano 1968 nos reafirma – aos que lá estavam e aos que vieram depois – que lutar faz sentido, se quisermos construir um destino diferente daquele a que nos condenam os que buscam surrupiar o passado para aprisionar o presente e monopolizar o futuro.

Mas vamos aos dados mais objetivos. Em 1968, eu então era francês, porque só consegui me naturalizar trinta anos depois de ter chegado aqui no Brasil. Eu cheguei em 1965 e só em 1995, depois de longo processo burocrático, eu consegui a naturalização, porque, toda vez que chegava em Brasília, a minha ficha me condenava. Isso até 1995!

Eu nasci em uma família de oito filhos, eu sou o mais novo. Hoje já tenho 82 anos. Com doze anos eu fui estudar, durante a Segunda Guerra Mundial, no seminário

dos Padres Agostinianos da Assunção. Bem longe de casa, onde era a zona livre e por isso merecíamos ser bombardeados, porque era terra inimiga para os alemães. A Abadia de Saint Maur era um lugar muito bonito, mas fazia frio demais. A gente tinha que plantar o que a gente comia e essa era a formação religiosa na época...

Mais tarde, após o serviço militar na Marinha, fui mandado para Roma, onde fiquei quatro anos nos tempos de Pio XII, já no final de sua vida. Roma, na época, era muito interessante, porque, de um lado, tinha o Partido Comunista que regia e, em seguida, o Vaticano fazia outra manifestação de entrega de tratores, de entrega de instrumentos agrícolas para conquistar apoio e “vencer o comunismo”.

Essa ideologia moveu também a Igreja – na cidade e no campo – aqui no Brasil, durante toda a década de 50, 60 e ainda 70. Foi tal ideologia que lançou a Igreja a ações vigorosas e ambivalentes de forte intervenção nos movimentos sociais, como a criação de sindicatos de trabalhadores rurais no campo e a toda sorte de ações conservadoras de apoio às forças da direita civil e militar, nos anos 60, como foram as manifestações da TFP, nas décadas de 50 e 60 pelo Brasil afora.

Enfim, estudei em Roma e aprendi muitas coisas, como ter consciência e paciência histórica, porque as coisas não acontecem de um dia para o outro. E depois fui nomeado professor na França, em Lyon que é uma cidade extremamente rica em todos os sentidos; uma cidade que tem dois milhões de habitantes, creio... Eu era então professor de Teologia Moral e diretor espiritual de jovens padres que regressavam da Guerra da Argélia e de outras partes do mundo. A maioria desses teólogos voltava com os pesadelos de ter participado de queima de vilarejos, de tomada de prisões...

Depois, eu fui nomeado para vir para o Brasil. Então, eu cheguei aqui com alguma bagagem. Eu tinha 34 anos, já entendia de tortura e, para minha e nossa vergonha, vinha de um lugar considerado o “país dos direitos humanos”, mas que criou a tortura. Os oficiais franceses e americanos ensinaram procedimentos de torturas para os exércitos da América Latina...

Então o coronel que me prendeu em 68 não podia me contar lorotas, porque sabia muito bem que não era um acidente tudo aquilo, mas que era uma política do Estado brasileiro naquele momento. Então, eu vim para o Brasil. Cheguei em 1965 e minha missão era criar em Belo Horizonte a Casa de Filosofia e Teologia. Após uns oito

meses na cidade, fomos para a comunidade do Horto, um bairro de ferroviários<sup>4</sup>. Vivemos um momento bom até a prisão do dia 28 de novembro de 1968.

### **Uma comunidade angustiada**

Minha prisão foi logo de manhã. Saquearam o meu quarto e, durante o dia, continuaram interrogando e prendendo – o Padre Vigário<sup>5</sup>, Xavier Berthou, Hervé, que estava de passagem estudando catequese; padre Marcelo Gwivach, o nosso ecônomo; o diácono José Geraldo da Cruz, Frei Elizeu e todo mundo que passava na casa.

Eu fiquei o dia 28 todo na privada, com meus livros no chão, com fotos da família. Foi uma experiência chocante. A gente não imagina! Ninguém me bateu na hora, mas há certas coisas que são mais degradantes do que apanhar fisicamente... E eu fui interrogado de dez da noite até seis horas da manhã por um homem à paisana que se dizia coronel, professor do colégio militar. Aí eu falei para ele: “O senhor é professor?” Ele disse: “Sou”. “Como que o senhor pode?” Porque ele me bateu uma vez, eu até tenho os resquícios nos ouvidos. Eu levantei e falei: “Cuidado, coronel. Eu sou cidadão francês e exijo a presença do Cônsul Geral do Rio e não respondo a mais nenhuma pergunta.”

Durante o mesmo dia 28 de novembro, foram entrando o José Geraldo da Cruz, Xavier, Hervé, que era professor de Literatura no Seminário. Enfim, uma loucura total. Depois vi chegando Dona Geralda, moradora da Favela do Urubús. Era na casa dela que a gente se reunia para os trabalhos da JOC e para celebrar as missas.

Fiquei na mão da polícia até fevereiro de 1969. No primeiro tempo, incomunicável. Respondi a Inquérito Policial Militar (IPM) até outubro de 1969. Nesse ínterim, minha comunidade religiosa – em Belo Horizonte e Eugenópolis, na Zona da Mata Mineira – foi ameaçada e dispersada pela repressão. Respondi a interrogatórios por mais de 200 horas. E até hoje não recuperei os meus pertences que ficaram nas mãos da repressão. O que me doía mais é que estávamos no xadrez mesmo! A grade,

---

<sup>4</sup> Nos primeiros tempos, moramos nas antigas dependências do que é, hoje, a PUC. Fomos também solidariamente acolhidos pela paróquia do bairro Floresta. Lá o Padre Viegas julgou que devia atender as favelas do Ribeirão Arrudas e me levou até elas. O que foi minha primeira escola no Brasil.

<sup>5</sup> Padre Pierre Dornic, vigário da paróquia naquele momento, se refugiou em Santos a convite do Bispo Dom David, se tornando, clandestinamente, “padre operário” do serviço de transporte. Mas continuou sendo vigiado e encurralado pela polícia. Então, se fez exilado por um ano na França. Retornou ao país no início de 1970, e se colocou à disposição da Igreja de Macaé.

uma cama fedorenta, era isso. Eu fiquei lá dez dias! Isso era no colégio Militar, ao lado da UFMG e o comandante mandava os alunos verem o “comunista comedor de criança”, que veio ao Brasil mandado pela patrulha comunista francesa. Isso é lamentável! O coronel, que era o coronel da cavalaria e irmão do João Baptista de Oliveira Figueiredo, chegou para mim, num acesso de raiva, e disse assim: “É, esse aí está sendo interrogado desde hoje de manhã e tá aí tranquilo.” Aí eu falei: “Coronel, posso lhe dizer uma coisa? É o seguinte: eu estou aqui e sei por que estou aqui. O senhor é que não sabe o que está fazendo.” Ele quase me bateu de novo. Os meus colegas foram os que sofreram mais. Sofreram noites inteiras e longas horas de interrogatórios absurdos! Porque eu sabia por que eu estava preso; eles não estavam envolvidos diretamente com o movimento social. Eu era o “superior” na nossa comunidade religiosa, e sentia o peso de minha responsabilidade por aquela situação.

Quero agora agradecer pelo apoio e pelo respeito tanto dos meus superiores e colegas da congregação dos Assuncionistas do Rio de Janeiro e Eugenópolis, assim como do meu provincial da França. Também pelos múltiplos apoios que me vieram de padres, freiras, leigos e leigas, de Belo Horizonte e de outras cidades, inclusive da Anistia Internacional. Até o Papa Paulo VI nos mandou uma carta e uma cesta de natal. A memória de João XXIII, para mim, era uma presença de todo dia e me confortava. A leitura dos Evangelhos tomava um outro sentido, como se fosse nos tempos da Igreja das catacumbas de Roma.

A “prisão dos padres franceses em Belo Horizonte” acusados de serem “subversivos” foi amplamente divulgada pela imprensa, inclusive no exterior. Ganhou grande repercussão e aumentou a tensão entre a Igreja e os militares. Desde 1964, a relação entre a ditadura e a instituição católica era carregada de ambivalências. Setores internos da hierarquia e leigos católicos, como a TFP e outros, apoiavam o que aceitavam como uma “revolução para proteger o país do comunismo”. Outros setores da Igreja condenavam o que julgavam “excessos” por parte de padres e freiras, mas condenavam também quando as denúncias de tortura e a violação de direitos vinham à tona. Outros tantos, como os dominicanos, franciscanos, carmelitas e nós assuncionistas da comunidade do Horto, em Belo Horizonte e na cidade de Eugenópolis, e tantos outros padres e freiras e leigos organizados, tentávamos ser fiéis ao Evangelho e às orientações que vinham do Concílio Vaticano II e do papa João XXIII.



Eu era professor universitário, com contrato de trabalho na Sociedade Mineira de Cultura, lecionando no Instituto Central de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Minas (ICFT/UCMG), desde 15 de fevereiro de 1967, na disciplina de Teologia Moral. Tinha também como compromisso estar presente nas reuniões de professores para organização, avaliação e planejamento do currículo do Instituto, na época sendo adaptado aos ensinamentos do Papa João XXIII e ao Concílio Vaticano II. Em consonância com esses novos tempos da Igreja, eu era também assistente da Juventude Operária Católica, que já me era familiar desde a França. Isso está descrito no artigo *Criação em comum de uma reflexão teológica*, escrito por uma equipe de professores e alunos, da qual eu fazia parte (Boletim ICFT/UCMG, out. 1968, p.56-62). Eu acompanhava os estudantes de teologia nos seus estágios em movimentos sociais e atividades pastorais.

Recebemos apoio e solidariedade de diferentes setores e partes do Brasil, de dentro da Igreja e de fora dela. Da Igreja, as reações foram também muitas vezes contraditórias. No Boletim do ICFT/UCMG, número especial de janeiro de 1969, o Professor Frei Raul Ruys registra nossa prisão: “a terceira etapa de conduções práticas dos estudos, a dos “gestos concretos”, foi cruelmente interrompida pela prisão de nossos colegas Pe. Michel Le Ven, AA. e o diácono José Geraldo da Cruz AA.” O mesmo boletim do ICFT/UCMG, em seu número especial, busca esclarecer e apresentar a “verdade” sobre o trabalho do ICFT e dos “padres franceses” em resposta a uma carta publicada – provavelmente por um padre de Belo Horizonte<sup>6</sup> – no jornal *O Globo* de 30 de dezembro de 1968, acusando os professores do ICFT de desvio teológico<sup>7</sup>. Logo após essas publicações, todos os padres e freiras do corpo docente do Instituto Central de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Minas Gerais foram chamados para interrogatórios e todos os professores tiveram que dar seus depoimentos. Isso teve forte impacto na instituição.

Aprendemos pelos anos de 1960, a nos fazer atentos aos fatos, a ver os sinais dos tempos... Isso o papa camponês João XXIII nos ensinou. Um cristão procura entender os sentidos dos acontecimentos. Ele presta atenção nas coisas. O mundo de 1968, vocês não imaginam o que havia de vida intensa na Igreja da América Latina! Os

---

<sup>6</sup> Recebi dele, em abril de 1969, carta de próprio punho se desculpando de seus equívocos.

<sup>7</sup> *Uma leitura crítica da carta* é apresentada no Boletim, cujo editorial apresenta a *Carta do prof. Raul Ruys ao Revmo. Dom João Resende Costa*, como a expressão de seu pensamento.

ensinamentos de Medellín, para nós, era a sequência da Bíblia e a gente militava e atuava incansavelmente.

Uma pequena história do coronel que me interrogava: fui interrogado durante trinta dias, oito horas por dia, por toda uma equipe da prisão. Três majores do Exército liam os textos que trouxeram de minha casa. Eu brincava com eles: “Tá legal? Isso é Teologia. Vocês estão gostando?” Eles aguentavam quinze dias e trocavam a equipe, porque eles não entendiam nada... Mas um dia, num acesso de raiva, eles falaram: “Mas quem é essa mulher que vocês sempre falam; essa tal de Medellín?” Então, eu falei para ele: “Mas coronel, Medellín é uma cidade onde os bispos escreveram uma carta aos cristãos, a “carta de Medellín”. Os interrogatórios e a tortura psicológica se seguiram até fevereiro de 1969, quando nos levaram de volta à comunidade do Horto e continuamos todo o ano de 1969 sob a vigilância do exército e tínhamos que nos apresentar ao Comando das Forças Militares, instaladas no Colégio Militar, uma vez por semana. Hoje sei que, até 1988, mantiveram a vigilância sobre minhas ações, grampearam meu telefone e sabiam de todos os meus passos.

Naquele final do ano de 68, os paroquianos e militantes da JOC no Horto ficaram desnorteados. Fecharam a igreja com um bilhete na porta – “fechada até que nossos padres sejam soltos” – e distribuíram uma carta à comunidade, que apresentamos abaixo:

#### **UMA COMUNIDADE ANGUSTIADA**

Continuamos angustiados com a situação que vemos no Horto...

Vimos nossa igreja profanada, nossos padres presos, incomunicáveis, pagando crimes que não cometeram.

Sabemos que são INOCENTES. Confiamos neles, confiamos neles porque sempre nos ensinaram a Verdade e a Justiça. Aprendemos em suas pregações a colocar o Cristo em nossa vida, em nossa realidade.

E desde quando EVANGELIZAÇÃO é subversão?

Desde quando fazer promoção do homem, é fazer comunismo?

Ser amigo dos pobres, humildes, operários é agir contra o Governo?

Sabemos que os padres Xavier, Michel, Hervé e José Geraldo foram HUMILHADOS, CALUNIADOS, INJUSTIÇADOS, porque o sentimos em nós mesmos.

Temos visto certos jornais, programas de televisão, faltar com a caridade, confundindo a verdade e as dúvidas na mente dos que não conhecem os padres.

Mas nós afirmamos que não trocamos o EVANGELHO pela metralhadora. Mas continuaremos a rezar, para que Deus faça surgir a verdade.

ATÉ QUANDO VAMOS SUPORTAR ISSO? Vamos suportar isso?

Queremos nossos padres de volta à nossa Igreja, eles são INOCENTES.

Comunidade do Horto, 12 de dezembro de 1968.

Também para o primeiro domingo do advento, em 01 de dezembro de 1968, a Arquidiocese de Belo Horizonte determinou que a missa dominical tivesse texto, homilia e preces comunitárias especiais e, em nota à imprensa, o vigário geral Monsenhor José A. Dias Bicalho explicou a medida. Dom Serafim Fernandes de Araújo, em sua homília, naquele domingo, destacou que a cidade estava vivendo momentos de perseguição, mas que todavia ele

não estava querendo privilégios para os padres só porque eram padres... o que pensamos em matéria política, social e econômica é muito claro. Pensamos como pensa a Constituição *Gaudium et Spes*, como pensa a *Populorum Progressio*, como pensam os documentos de Medellín. Sabemos que a nossa atitude diante dos fatos será julgada diversamente conforme as opiniões. Uns vão dizer que merecemos mesmo ser presos, outros vão ficar com os padres, uns vão achar que somos autênticos, outros dirão que não é esta a Igreja de Cristo, uns irão xingar as autoridades, outros vão usar do nosso testemunho para a sua política ou sua ideologia; para uns esta é a Igreja que eles sonhavam, para outros nós a estamos traindo. Para nós, basta-nos que o Deus verdadeiro nos julgue. (Revista Eclesiástica Brasileira, mar. 1969, p. 201.)

Nesse primeiro domingo do advento, nas missas se rezou assim como em Lucas 21, 25-29:

Haverá sinais no sol e na lua e nas estrelas; e, na terra, angústia entre as nações aterradas com o bramido e a agitação do mar, morrendo os homens de pavor na expectativa do que vai acontecer ao universo, pois as forças celestes serão abaladas. Então hão de ver o Filho do Homem vir numa nuvem com grande poder e glória. Quando estas coisas começarem a acontecer, recobrai forças e levantai as vossas cabeças, porque a vossa libertação está próxima. E disse-lhes esta parábola: Reparai na figueira e nas restantes árvores. Quando começam a lançar os seus rebentos, vendo-os, ficais sabendo que o verão está próximo. Assim também, quando virdes essas coisas, conhecereis que está próximo o Reino de Deus. Em verdade vos digo: não passará esta geração sem tudo isso acontecer. O Céu e a Terra passarão, mas as minhas palavras não hão de passar.

Diante dos protestos e reações às prisões dos padres, em Belo Horizonte, com manifestações até mesmo do Vaticano, a 4ª Região Militar (Juiz de Fora/MG) divulgou nota oficial explicando que as autoridades não estavam contra a Igreja. Reconhecem a prisão dos padres e justificam:

mas estes [os padres] abandonaram a pregação do Evangelho para entregarem-se à pregação política e ideológica e à organização da subversão e dos movimentos de guerrilhas armadas para a derrubada do regime. (Revista Eclesiástica Brasileira, mar. 1969, p. 201.)

No dia 02 de dezembro, o Conselho da Auditoria de Guerra da 4ª Região Militar decretava a prisão preventiva dos padres franceses e do diácono brasileiro, por julgar graves para a segurança nacional as provas contra eles recolhidas pelo encarregado do IPM, Coronel Mota, e apresentada pelo comandante da ID/4, General Álvaro Cardoso. E publicam, no dia 03 de dezembro, os autos de acusação com as seguintes conclusões:

O padre Michel é acusado de participar de reuniões com operários, inclusive explicando o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, participar do Congresso da JOC no Recife, estar envolvido em movimentos preparatórios de guerrilhas em Muriaé e Eugenópolis, além de ter participado em Belo Horizonte das manifestações do Dia Nacional do Protesto; padre Berthou, de participar de uma reunião subversiva em julho de 1968, de preparar a queda do Presidente da República e a formação de uma espécie de guarda vermelha com estudantes; todos eles e particularmente o padre Croguennec estão implicados no trabalho de criação da Frente de Libertação Nacional. Além disso, o diácono brasileiro é acusado de presidir o Diretório Acadêmico do Instituto Central de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Minas Gerais e participar de movimentos da extinta União Estadual dos Estudantes de MG, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica e de ter contribuído na preparação do XXX Congresso Nacional da extinta UNE, e de considerar tais entidades como próprias para a defesa dos interesses da classe, apesar de ilegais. (Revista Eclesiástica Brasileira, mar. 1969, p. 201-202.)

Em vista dessas declarações, a Secretaria Nacional do Apostolado dos Leigos no Brasil, através de Dom Lucas Moreira Neves, e a CNBB se manifestaram em notas pela imprensa, mais de uma vez, esclarecendo sobre as características, método, atuação e finalidades da JOC e expressando que o “esforço da Igreja por obter a promoção integral do homem através de reformas profundas na sociedade não deve ser confundido com subversão de valores humanos e cristãos”. E completando, com certa ambivalência declaram: “na procura de transformações pode ser que membros da Igreja, padres ou bispos, se equivoquem”, mas

os que erramos, não fugimos ao julgamento da autoridade competente. Apelamos, no entanto, para que nestes casos sejam respeitados os direitos

fundamentais da pessoa humana [...] a possibilidade de equívoco não nos tira o direito da procura da justiça. (Revista Eclesiástica Brasileira, mar. 1969, p. 202.)

E diante da repercussão, denúncias de torturas, os autos de acusação publicados e as preocupações externadas pela CNBB, Dom João Resende Costa visitou os presos na prisão, no dia 03 de dezembro de 1968, e distribuiu a seguinte mensagem, que foi lida nas missas do segundo domingo do advento, no dia 12 de dezembro de 1968:

Irmãos, com a minha autoridade de pastor da arquidiocese de Belo Horizonte e com a anuência unânime de nosso clero, devo denunciar o que sei por ciência direta, pessoal e segura: os depoimentos dos sacerdotes e do diácono presos não são aceitos como expressão da verdade porque foram usados com eles espancamentos e torturas. Para honra de nosso Exército, denunciemos estes horrores, para que as autoridades militares não permitam que elementos de sua corporação pratiquem tais atos. (Revista Eclesiástica Brasileira, mar. 1969, p. 203.)

Esses e vários outros acontecimentos, prisões e perseguições a padres estrangeiros e brasileiros no Brasil durante a ditadura fincaram conflitos profundos entre as forças armadas e as hierarquias da Igreja Católica e sua base de leigos, que foram registrados em diversas obras, como a que foi escrita pelo estudioso, desse período, Elio Gaspari:

Ela [a violência do Estado] bateu à porta da Igreja em novembro de 1968 com a prisão, em Belo Horizonte, de três padres assuncionistas franceses e um diácono brasileiro. Foram tirados de suas casas e ficaram incomunicáveis por uma semana. Seus interrogadores informaram que se reconheceram subversivos e socialistas. Mais: planejavam três focos guerrilheiros no interior de Minas Gerais. [...] O coronel Octavio Medeiros, comandante do CPOR, exibiu à imprensa um caderno manuscrito onde o padre Michel Le Ven (cujos interrogatórios viriam somar 150 horas) escrevera que “o povo tem o direito de pegar em armas para se defender”. (GASPARI, 2002, p. 254.)

Assim se registraram os fatos naqueles dias, mas muito ainda há por pesquisar e analisar. Continuemos buscando a memória, a justiça e fortalecendo a Comissão Nacional da Verdade, para que o silêncio não perdure e nunca mais aconteça.

Retomando o início de minha fala quero insistir: a “vida era um tempo misturado de antes-agora-depois-e-do-depois-ainda”. De repente, novembro de 1968. O tempo e o

lugar se tornam símbolo de algo público, um tempo esperado por muitos, uma esperança... Ao mesmo tempo ele passa a ser falado, mal falado, maldito... O Horto se torna o palco de outros atores: uns veem uma extensão do foco guerrilheiro até nas casas dos padres assuncionistas, especialmente o Seminário Menor de Eugenópolis, que também foi saqueado... Vem cônsul, embaixador da França, núncio do Vaticano, generais, ministros, jornalistas do Brasil... Os de fora, os poderosos, cada um tem o seu discurso sobre o Horto e sua gente... O lugar deixa de ser nosso. O que havia mesmo assim de cativante ali? Era a palavra, o sentido da vida? Havia uma mensagem, sinais, feitos, promessas? Era um lugar que fazia bem. E assim se vão outros tempos, veio a década de 70... E depois, e depois, que é o que vivemos hoje e o que queremos fazer e dizer hoje, promessas do que virão a ser.

Então, a vida é uma corrente. Se o anel se quebra, tem que se refazer isso. E foi possível me fazer brasileiro exatamente, talvez, por ter sido torturado. A nossa vitória é de hoje ousarmos falar em público de nós. Somente dizer e nos dizer. Liberar a palavra e soltar a voz... Sobretudo, em nome dos que já se foram e a quem ninguém pediu perdão. Nós somos capazes de perdão. Era isso que eu queria dizer para vocês nessa manhã de 2014. Bom dia!

Ribeirão das Neves, 27 de outubro de 2014.

### **Referências:**

BOLETIM ICFT/UCMG. **Informação, reflexão, pesquisa.** Belo Horizonte, n. 2, out. 1968.

BOLETIM ICFT/UCMG. **Informação, reflexão, pesquisa.** Belo Horizonte, n. esp., jan. 1969.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio.** Belo Horizonte: Mazza, 2003.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

**REVISTA Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis: Vozes, vol. XXIX, fasc. 1, mar. 1969.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras; Ed. UFMG, 2007.

## NA LUTA CONTRA A DITADURA

Padre Paulo Gabriel Lopes Blanco

Em 1970, eu tinha 20 anos, mais ou menos, como muitos de vocês agora. Morava na Espanha, na ditadura do regime franquista. Com 20 anos, eu lia os grandes literatos latino-americanos: Gabriel García Márquez, Pablo Neruda, Alejo Carpentier, Julio Cortázar, Vargas Llosa. A gente acompanhava a revolução cubana, Che Guevara, um ídolo da minha juventude. Naquela atmosfera de ditadura, difícil, eu sonhava com outra sociedade. Também queria minha geração uma mudança na Igreja, mudança essa que surgiu com o Concílio Vaticano II e, na América Latina, com os documentos de Medellín, de Puebla e, posteriormente, de Santo Domingo e Aparecida.

Aqui na América Latina parecia que todas as revoluções eram possíveis naquele momento. Eu tinha vivido, de alguma forma, mesmo distante, o Maio de 68 em Paris. Nesse contexto, eu estava começando o estudo da teologia no mosteiro de El Escorial, com os freis agostinianos e leio, no dia 23 de outubro de 1971, uma revista espanhola, *Vida Nueva*, que contava a história da sagração episcopal do Bispo Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso. Lembro até hoje porque a manchete era “um bispo poeta, um bispo profeta”. Naquele momento, eu intuí que a minha vida tinha um rumo e o rumo era que devia chegar lá no Mato Grosso, que para mim estava como se hoje se falasse “lá na África”. Longe demais.

Bem, a vida dá muitas voltas e, no dia 15 de dezembro de 1972, eu cheguei ao Rio de Janeiro e logo no primeiro dia fui assaltado. Eu pensei: eu queria ser mártir, mas tão rápido assim, não. Logo no primeiro dia!

Vou contar neste depoimento um pouco da minha história nas três cidades por onde passei nesses quarenta anos – Rio de Janeiro; aqui, Belo Horizonte, na região industrial; e Mato Grosso, São Félix do Araguaia – porque as três têm relação com a ditadura.

No Rio de Janeiro, eu fiquei três anos. Fiz teologia na PUC Rio e formamos, na Paróquia da Consolação, no Engenho Novo, um grupo pequeno de estudo e reflexão. Nesse momento, a ditadura era pesada, mas o público médio não tinha conhecimento maior. Éramos muito jovens e líamos em grupo os salmos de Ernesto Cardenal, poeta nicaraguense e depois ministro da cultura no regime sandinista, e que é o maior poeta

vivo latino-americano. Alguns desses salmos foram traduzidos para o português. Falavam de revolução, contra a ditadura.

Nós fizemos uns salmos inspirando-nos nos salmos de Cardenal: *Salmos de libertação, oração de um povo*. Até foi o Clodovis Boff quem fez o prefácio desse livro. E rezávamos lá na Igreja e cantávamos. E não é que o DOPS apareceu lá querendo investigar quem tinha escrito aqueles salmos! Anotaram e depois isso me trouxe problemas na minha naturalização brasileira. Na hora de assinar os documentos da minha naturalização brasileira, constava lá a história dos *Salmos da libertação*.

Depois disso, eu vim para Belo Horizonte, em janeiro de 1976. Fiz parte de todo um movimento que houve na região industrial nessa etapa, coisa que me parece importante destacar. A Igreja, na região industrial, estava muito envolvida nas lutas do povo. Além da Pastoral Operária que tinha gente muito boa, eu acompanhava a JOC. Tinha jovens muito interessantes no movimento operário. E houve felizmente, naquela época – estou falando de 76 a 80 –, uma série de padres e paróquias em sintonia com o movimento popular, com as lutas do povo, numa teologia e numa pastoral, do Concílio Vaticano II e de Medellín, em que ligávamos evidentemente o trabalho pastoral com a realidade da periferia da cidade e da luta operária. Cito nomes: Miguel Elosua, no bairro Lindeia, jesuíta; Eduardo Metz, franciscano, no Vale do Jatobá; Carlos Pinto, no Amazonas; Rogério de Almeida Cunha, muito importante no Sol Nascente; Caetano – famoso Caetano! – no Tirol; eu, no Barreiro de Cima.

Como era muito difícil um trabalho político, tinha muita gente universitária – que hoje está aí na política nacional e de Minas –, jovens que queriam fazer um trabalho de organização e de conscientização, mas não havia caminho pelo lado político. Ainda não havia sido criado o PT, então eles entraram na região industrial via Igreja, fazendo um trabalho de alfabetização ou outro tipo de participação popular. Poderia citar vários nomes: Cláudio, Cléber, Eduardo Mourão, Raquel Rigotto, William Castilho, gente que a gente conhece. Um grupo grande de jovens passou a entrar na região, via Igreja, fazendo um trabalho popular sério.

Tudo isso, de alguma forma, depois foi aglutinado no Jornal dos Bairros, que foi um instrumento muito importante na luta e na organização do trabalho popular da região industrial de Belo Horizonte.

Bem, inclusive pensando nisso – vejam vocês como são as coisas! –, eu escrevi um poema: “Primeiro de maio de 1979”. Foi publicado no livro *Poemas de periferia*:



No meio da noite  
quando os operários dormiam  
esperando o dia do grito  
da luta da justiça,  
os assassinos do DOPS, do SNI e da polícia,  
invadiram o GETEC,  
o CET,  
o Jornal dos bairros,  
a CCO,  
e roubaram, saquearam, destruíram a vida do povo  
mimeografada, diagramada  
e, publicada com amor e com constância.  
Levaram máquinas, papéis, documentos, arquivos, telefones,  
Tudo destinado a apodrecer nos porões da morte e da opressão.  
No meio da noite,  
quando eles abriram as portas do povo  
para roubar seu pensamento,  
mesma hora do mesmo dia  
seu companheiro e mestre na arte da tortura, Fleury,  
bebia água até afogar-se num rio em São Paulo.  
A morte avança já irresistível,  
começa pelo chefe e vai logo descendo.  
Outros cairão, todos vítimas de torturadores invisíveis.

Fleury morreu de forma estranha no 1º de maio de 79. Exatamente nessa noite, na Praça da Cemig, a polícia invadiu, destruiu e roubou o material preparado para a celebração do 1º de maio, missa que reunia milhares de trabalhadores e era um gesto de resistência ao regime militar.

Em 1981, eu fui para o Mato Grosso, seguindo aquele sonho inicial. A prelazia de São Félix do Araguaia, com Dom Pedro Casaldáliga, viveu de uma forma muito especial todo o processo da repressão política. O governo militar, depois de 1964, traçou um plano de ocupação da Amazônia e loteou a Amazônia para as grandes empresas nacionais e multinacionais. E lá foram chegando e fazendo as cercas de arame como se ninguém existisse, mas já tinha os povos indígenas e tinha os sertanejos vindos do nordeste brasileiro desde a década de 1920. Essas grandes fazendas foram matando, perseguindo, dizimando índios e posseiros. Lá havia igrejas. E nenhuma Igreja da região amazônica percebia que aquilo estava sendo uma tragédia, uma destruição da natureza, dos povos indígenas e sertanejos.

Foi a Prelazia de São Félix quem denunciou pela primeira vez essa realidade, em 1971, quando Pedro foi feito bispo. Foi sua primeira Carta Pastoral: *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Nessa carta, Pedro denunciava o que estava acontecendo na Amazônia.

A Igreja e os bispos do Brasil, num primeiro momento, apoiaram a ditadura, é importante que isso se saiba. Houve divisões na conferência episcopal: Dom Hélder Pessoa Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns eram contra o regime autoritário e queriam denunciar e enfrentaram os militares. Dom Alfredo Vicente Scherer, que era de Porto Alegre, e Dom Geraldo de Proença Sigaud, em Minas, defendiam a ação militar, porque livrou o Brasil do comunismo. Dom Sigaud, denunciou o Bispo Pedro e houve conflitos muitos sérios dentro da própria conferência episcopal brasileira. Quase expulsam Dom Pedro do Brasil. Geisel estava com a carta de expulsão para ser assinada e, através de Dom Paulo Evaristo Arns, o presidente Geisel recebeu um telefonema dizendo: “O Papa Paulo VI comunicou que mexer com Pedro, expulsar Pedro do Brasil é expulsar Paulo VI”. Diante disso, Geisel recuou e Pedro não foi expulso, mas vários agentes de pastoral e gente do povo foram torturados.

Parênteses: está saindo um filme, *Descalço sobre a terra vermelha*, uma co-produção Catalunha-Espanha-Brasil. Na Espanha já foi divulgado, aqui vai ser exibido pela TV Brasil. Três horas sobre a história da prelazia e de Pedro Casaldáliga. Vale a pena conferir, porque é o melhor documento histórico. É um filme de ficção, mas baseado na realidade. *Descalço sobre a terra vermelha* mostra toda a luta da Igreja da Libertação.

Pois bem. Muitos da equipe pastoral da prelazia, incluindo Pedro, foram perseguidos e torturados. Vários deles, Padre François Jentel e uma série de leigos e leigas militantes dos movimentos sociais na região foram presos (ficaram em Campo Grande), porque o trabalho da Igreja na região era de defesa dos lavradores e da luta pela terra. Como na região do Araguaia, naquela época, existia a Guerrilha do Araguaia, a repressão, o governo militar entendia que o trabalho da prelazia de São Félix estava ligado e fazia parte da guerrilha, o que não era verdade.

Termino fazendo referência a um artigo de Leonardo Boff que diz algo importante para entender o golpe de 1964. Quem deu realmente o golpe foram as elites nacionais e internacionais que não aceitavam as reformas de base de Goulart e a reforma agrária. Elas se organizaram e usaram os militares para os fins que lhes interessavam. Então, essas elites que deram o golpe, na verdade, continuam sendo as elites que hoje comandam e dominam este país. Eu acho que, para vocês que são jovens e não viveram isso – mas vão ouvindo –, é importante conhecer a história para não repetir os erros e

construir um Brasil, uma sociedade, um país em que todos e todas realmente tenham espaço, tenham vida, possam ser cidadãos com dignidade.

Obrigado.

## A IGREJA E O GOLPE CIVIL-MILITAR

Padre Henrique Moura Faria

“Deus não caminha por aí sobre charcos de sangue e de torturas. Deus caminha sobre caminhos limpos de esperança e de amor.”

Dom Oscar Romero, 07 de agosto de 1977.

A relação Igreja e golpe civil-militar é muito complexa. Não é uma nem unívoca. Há visões diferenciadas e precisamos debater muito mais. Como lembrou Michel Le Ven, nesta mesa de debate, o golpe é civil e militar e partiu destas terras de Minas. Forças civis-militares aqui iniciaram a marcha para o Rio. Só então São Paulo entrou no processo com dinheiro e suporte ideológico. Falar da relação Igreja e ditadura militar não é simples. E vou abordar a Igreja Católica e não as Igrejas cristãs. Mesmo na Igreja Católica, com um recorte especial da Igreja de Belo Horizonte.

Temos que distinguir. Em primeiro lugar, a Igreja institucional, dividida, apoiou e também contradisse o golpe desde o início. Tanto que a declaração da comissão central da CNBB, de 02 de julho de 1964, que apoia e ordena fazer um *Te Deum*, uma ação de graças pelo exército ter livrado a pátria do comunismo ateu, ao mesmo tempo, afirma que é preciso ter cuidado para não haver violação e haver respeito aos direitos humanos. Mas o que pesou mais fortemente foi a aprovação ao golpe.

Em segundo lugar, a Igreja, povo de Deus – as comunidades eclesiais de base (CEB`s) fizeram muitos bispos e muita gente da Igreja mudar sua ótica –, teve muita dificuldade de apoiar o golpe desde o início. Aí se destacam a Ação Católica, o trabalho dos leigos e leigas, sobretudo da JOC e da JUC. Esses dois segmentos maiores da Ação Católica foram os mais perseguidos por causa do impacto que tiveram. Muitos diretores da UNE eram oriundos da JUC. A JUC teve uma força política enorme, clara, explícita a favor das *reformas de base* defendidas pelo governo Goulart e obrigaram os bispos, padres – a Igreja institucional – a ir mudando e se comprometendo com as causas populares, mas também criando conflitos dentro da própria instituição.

Depois veio o Vaticano II. O golpe acontece no segundo ano do Vaticano II. O Concílio se inicia em 1962 e o golpe é em 1964. O Vaticano II fez muitas mudanças e os bispos reunidos em Roma, com uma visão bíblico-teológica mais atualizada, também

em debate com grandes sociólogos, modificaram muito sua visão e estratégia pastoral. Nesse sentido, a contribuição de Dom Helder Câmara foi decisiva.

Mais decisiva ainda foi a influência da recepção do Vaticano II na América Latina pela realização da Conferência de Medellín, de 24 de agosto a 06 de setembro de 1968, com a presença de Paulo VI.

Medellín faz acontecer uma das dimensões fundamentais e fundantes do Vaticano II: a Igreja se encarnando na realidade concreta, se inculturando. No Vaticano II, um dos documentos impactantes é a *Gaudium et Spes*, que coloca a pessoa humana, a história, a situação concreta dos povos e nações no centro da ação evangelizadora e transformadora da Igreja no mundo.

A Igreja na América Latina está situada dentro de uma profunda crise humana, social, espiritual. É um mundo de injustiça, de opressão, de pobreza, de negação dos direitos humanos mais fundamentais. As ditaduras se sucedem: Brasil (1964), Argentina (1966), Bolívia (1971), Chile (1973), Uruguai (1973), Peru (1975), Equador (1976), El Salvador (1979). Guatemala e Paraguai vinham de um grande processo ditatorial havia muito tempo.

Medellín faz a opção pelos pobres e jovens; pelas CEB's como novo modo de ser Igreja; e, sobretudo, pela recepção da Teologia da Libertação que influencia toda estrutura e ação da Igreja: libertação integral de todos os homens/mulheres e das mulheres/ homens em sua totalidade.

O conflito estava instalado. E a Lei da Segurança Nacional estará em vigor contra todos, mulheres e homens, que ousassem se contrapor ao terror dominante.

Foi muito complexa essa fase. Vários bispos denunciaram seus padres e os entregaram à polícia. Vários bispos denunciaram outros bispos ao governo, à polícia. Foi um momento muito difícil e nossa Arquidiocese de Belo Horizonte não está fora disso. Nossa arquidiocese vinha já de uma divisão muito forte, porque naquele momento um grande filósofo francês e cristão, Jacques Maritain (e na Igreja de todo o Brasil era grande a influência francesa), começa a trabalhar essa relação fé e política, vida e política. Num primeiro momento, apoiou a ditadura franquista, apoiou a ditadura do Benito Mussolini e depois percebeu o que era isso [a ditadura]. Mudou, e quando mudou se tornou *persona non grata* para muita gente da Igreja. Nossa arquidiocese estava dividida nesse contexto.

O nosso seminário [o Seminário Coração Eucarístico] que naquele momento funcionava aqui neste espaço onde nos encontramos agora, seguia muito o pensamento de Maritain, mas ele não era visto bem por outros bispos. Vejam que muitos bispos são simpatizantes da ditadura, existem documentos nessa perspectiva. O exemplo de governo que nós vamos ter é Mussolini e depois Franco que garantem a fé católica e impedem o comunismo. O fantasma do comunismo é muito forte, porque a Igreja sofreu muito com o comunismo, de muitas maneiras: muitas vezes devidamente e muitas vezes indevidamente. De outro lado, dizia-se: o comunismo é ateu, o comunismo é desumano etc. O Santo Ofício, que hoje é a Congregação para a Doutrina da Fé, na Santa Sé, em 1949 declara: qualquer cristão ou cristã que se filiar a algum partido entendido como comunista está automaticamente excomungado da Igreja Católica.

O anticomunismo era muito forte. O anticomunismo foi a bandeira que os Estados Unidos assumiram, manipulando a Igreja, manipulando os militares para que fosse este o motivo para o golpe acontecer. A grande questão: acabar com o comunismo. O comunismo vai chegar; o comunismo vai dominar a América Latina; vai ser contra a Igreja, porque é ateu etc. Isso não terminou de todo, não. Ainda está na consciência de muita gente, infelizmente.

Nossa arquidiocese tinha uma divisão muito grande nesse momento, e mais ainda com a questão do golpe militar. Eu estava começando a fazer filosofia aqui e aconteceu, em fevereiro de 1964, o congresso arquidiocesano da JUC. Foi um momento muito forte porque as tensões estavam emergindo. Em janeiro, houve aqui em Belo Horizonte a tentativa, de Leonel de Moura Brizola, de falar das reformas de base. Padre João Botelho e Padre Caio de Castro, que eram ligados ao Movimento por um Mundo Cristão e à TFP, vieram com as mulheres, com o terços nas mãos, faixas e cartazes, e entraram no prédio do atual Minascentro, que antes era a Secretaria de Saúde. Foi tanta confusão que a polícia foi chamada, bateu em todo mundo e o Brizola não pôde falar.

Uns dias antes, houve outra tentativa aqui em Belo Horizonte. Estava previsto o Congresso Internacional dos Trabalhadores Latino-americanos. As mulheres, com esses padres e mais outros, cercaram os hotéis onde eles estavam e não deixavam ninguém sair. Tiveram que transferir o congresso de Belo Horizonte para Brasília. Mas me lembro que aqui, no seminário, havia uma relação muito intensa com os movimentos sociais e populares, muito fortes e dinâmicos naquele momento em Belo Horizonte. E nós do seminário prestávamos serviços, ajudávamos, fazíamos celebração com o povo.

Por que estou dizendo isso? Porque antes do golpe acontecer, no dia 26 de fevereiro, a Ação Católica, todos os seus setores fizeram uma declaração, porque foram muitas as acusações contra Dom João Resende Costa, então arcebispo, e contra o seminário que tinha acolhido aquele encontro. Dom João a assinou e publicou, em 28 de fevereiro de 1964, se defendendo das acusações todas que estavam aí. Nós dialogamos com aqueles e aquelas que pensam diferente de nós. Nós estamos mais próximos do Evangelho com a Igreja colocando-se a serviço do povo pobre.

Essa foi a minha experiência forte. No dia posterior ao golpe, no dia 2 de abril, o exército invadiu o edifício Pio XII, da arquidiocese, onde funcionava a Ação Católica e o fechou. Invadiu o convento dominicano, porque os dominicanos tinham um papel importantíssimo aqui. Prenderam todo mundo. E tentaram invadir o seminário. É uma fase que me marcou profundamente, porque, quando eles chegaram, cercaram o seminário, buscando “subversivos da JUC”, querendo saber do nosso trabalho. Quando eles chegaram na porta do seminário com metralhadora e tudo, o nosso reitor Padre Hélio Ângelo Raso não se encontrava. Nós chegamos lá na porta e eles querendo entrar e nós não deixamos. “Quem é a autoridade aqui? Não, vamos esperar o Padre Hélio chegar.”

Quando o Padre Hélio chegou eles disseram: “Nós vamos invadir o seminário, porque aqui tem subversivos. Fizeram aqui o congresso da JUC.” O Padre Hélio falou assim: “Olha, essa casa é uma casa da Igreja; é uma casa da arquidiocese; vocês não vão invadir; nenhum general manda aqui; quem manda aqui é o nosso arcebispo. Se o nosso arcebispo autorizar que vocês entrem, vocês vão entrar. Mas se não autorizar, vocês não entram, porque aqui nenhum general manda. Ninguém manda aqui a não ser nosso arcebispo”. E o general comandante que estava lá: “Nós vamos entrar.” Então, o Padre falou assim “Vocês podem entrar, mas vão entrar por cima do meu cadáver; vocês vão ter que me matar primeiro para entrar nessa casa, porque aqui vocês não entram.” Eles ficaram tão surpresos com a reação, com a postura firme do Padre Hélio – que era impensável naquele momento –, que eles foram embora e não invadiram o nosso seminário. Essa foi minha primeira experiência. Eu ainda estava meio confuso, não tinha clareza sobre o que de fato estava acontecendo.

Em 1965, portanto um ano depois, eu fui percebendo bastante coisa: prisão de gente, gente sumindo já desde o primeiro momento. Aliás, até anteriormente já vinha acontecendo isso, mas a gente não sabia; a gente só foi perceber depois do golpe civil-

militar de primeiro de abril. Devemos, ao invés de falar 31 de março, falar dia primeiro de abril, porque é o dia da mentira e esse golpe foi uma grande mentira, por tudo o que significou.

Em 1965, eu fui mandado para Roma, para estudar e aí eu consegui compreender mais a situação que estava acontecendo no Brasil. Em Roma havia muitas pessoas que vinham do Brasil. Os bispos que passavam, sindicalistas, políticos, gente já expulsa do Brasil como Chico Buarque, por exemplo.

E nós estudantes, naquele momento em Roma, fazíamos muitos protestos contra a ditadura no Brasil. E fomos crescendo nessa visão do que estava de fato acontecendo aqui. Por causa da censura, muita gente no Brasil não sabia, como sabíamos lá, o que estava acontecendo. Eram informações que tínhamos de muitas fontes.

Voltei ao Brasil no final de 1971, no período de Emílio Garrastazu Médici, o pior período da ditadura. E fiquei dois anos esperando para ser ordenado presbítero, sendo professor aqui da PUC e depois diácono, trabalhando na paróquia Santíssima Trindade, do bairro Gutierrez. E aí é que conseguimos perceber mais ainda a situação, porque quando dávamos aula aqui na PUC, sabíamos que em qualquer lugar, qualquer universidade, estávamos sendo vigiados, gravados. Quantas vezes, quando a gente saía da sala de aula, éramos abordados por policiais: “Olha, o senhor falou isso e não pode falar mais.” Tínhamos enormes discussões com eles. Muitos alunos quando saíam das salas de aula eram abordados: “Você falou isso na sala de aula; você protestou contra o regime”. Era essa a situação terrível que passávamos. Os alunos denunciavam para nós que tal “aluno” era espião, era do serviço secreto, do SNI etc. Nas igrejas, também. Na paróquia onde eu era pároco, em todas as três missas que eu celebrava tinha gente gravando e a gente via.

Minha sensação mais forte foi a partir de 1973. Minas e Belo Horizonte, sobretudo, eram muito marginalizados no sistema nacional. Futebol era só do Rio e de São Paulo. Na ditadura, do mesmo jeito. O que aconteceu em Belo Horizonte ainda tem que ser escrito. Foi uma das cidades onde aconteceram maiores explosões de bombas, mais invasões. A UFMG foi invadida: a Fafich, a Faculdade de Direito, de Medicina. Pasmem! O Instituto Central de Filosofia e Teologia, onde estudavam os seminaristas de muitas dioceses, da arquidiocese e seminaristas das muitas congregações religiosas, foi invadido pelas forças militares.



Aparece a figura de Dona Helena Greco, que era uma mulher corajosa, grande e destemida. Enfrentou a ditadura de tudo quanto é jeito. Teve bomba explodindo em sua casa, quase foi presa. Mas tinha uma articulação nacional tão grande que o Exército não foi capaz de prendê-la. Foi ela que começou a me chamar. Às vezes à tarde, outras vezes à noite para ir ao DOPS. Até que começaram a dizer assim quando as pessoas eram presas: “Avisam para o Padre Henrique que fulano foi preso”. Todo mundo passou a dizer isso, porque eu era o elemento de ponta, com Dona Helena Greco e outras pessoas. A gente sempre esteve no DOPS tentando impedir que as pessoas fossem torturadas e articulando para que pudessem ser soltas. Muitas vezes conseguimos; muitas vezes não. Mas era tremendamente estressante, porque era de manhã, de tarde. Tinha que manter os trabalhos da paróquia e de professor. Eu chegava dez horas da noite em casa e o telefone tocava: “olha, fulano foi preso; vamos para lá.” E voltava de madrugada – quando voltava! –. Ficávamos lá até resolver a situação. E muitas vezes eu voltava com a sensação: será que chego em casa? Será que não serei sequestrado pelo caminho? Porque isso aconteceu com tantos homens e mulheres!

Aqui devemos fazer uma referência rápida a outras Igrejas Cristãs. Porque aqui, em Belo Horizonte, nós tínhamos o apoio muito grande de outras igrejas cristãs. Nós criamos o grupo de padres e pastores pelos direitos humanos e tínhamos um papel importantíssimo com cultos ecumênicos e na defesa dos direitos humanos. Lembro que a ditadura tentou de todo jeito acabar com esse grupo.

Tentaram matar Dom Hélder. Como não podiam fazer isso e o nome dele não podia ser falado em nada, começaram a matar as pessoas próximas dele. Mataram e assassinaram da maneira mais bárbara possível o Padre Henrique que era assessor da Pastoral da Juventude do Recife. Prenderam o Cajá [Edival Nunes da Silva], que era da Pastoral de Juventude e também da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife. Perseguram os que assessoravam a pastoral universitária, com grupos aqui da PUC e da UFMG. Fizemos uma movimentação grande no Colégio Santo Agostinho; uma noite de debates sobre os direitos humanos em defesa do Cajá. Quase que nós todos morremos; explodiram bombas no Colégio Santo Agostinho. Graças a Deus não houve morte, embora os prejuízos materiais fossem enormes.

Depois na Igreja de São Francisco, do bairro Carlos Prates, também nos reunimos para uma série de palestras, debates, promoções do movimento feminino pela anistia. Bombas explodiram lá na igreja dos franciscanos que nos deram uma acolhida

enorme. Lá aconteceu um congresso clandestino da UNE em 1966 e os franciscanos tinham uma participação enorme. Também na igreja deles, na Paróquia Santo Antônio, junto ao colégio, na Savassi, a gente celebrava cultos ecumênicos, muitos momentos fortes a que eles deram um apoio enorme. Nosso trabalho dentro da arquidiocese levou à criação da Pastoral de Direitos Humanos.

Ainda outro episódio triste, em Belo Horizonte, por volta de 1982. Aqui na comunidade dos padres sacramentinos da Boa Viagem, o Padre Antônio Hadadd, um homem muito comprometido; um homem muito destemido. Chamaram-no para uma celebração em que estava presente o General do Exército, o governador do Estado, que naquele momento era Francelino Pereira. E o Padre Antônio Hadadd fez uma homilia profética, falando da ditadura. Em consequência disso, ele foi sequestrado; foi levado para um motel; foi despido e forjaram relações dele com mulheres nuas para desmoralizá-lo; para que a Igreja fosse atacada. “O padre que fica falando de política, contra o regime, mas fica se prostituindo com as mulheres nos motéis”. Era terrível. Os militares faziam isso com muita gente, mas graças a Deus foi provado que tudo era mentira; que era tudo forjado.

Nesse mesmo dia falsificaram um jornal da Igreja, grande por sua força e denúncia profética. Era o jornal *O São Paulo*, da arquidiocese de São Paulo. Fizeram uma edição falsa desse jornal comprometendo todo o trabalho de Dom Paulo Evaristo. Descobriram depois essa farsa com muita dificuldade.

Para mim, pessoalmente, o momento mais difícil e mais tenso foi quando, em 1979, os professores entraram em greve e estava sendo criado o Sind-UTE, até hoje muito atuante. Eu era professor e fazia parte do sindicato dos professores. Fizemos um culto na igreja São José. Como se diz popularmente, tinha povo saindo pelo ladrão. Nunca vi a igreja São José tão cheia como naquele momento. E quando acabou o culto, bomba para cima de nós, cachorro, tropa de choque. Sempre acontecia isso. Todo mundo correndo, voltando para dentro da igreja. Custamos a sair, porque tínhamos que negociar com o militares para ver como que ia ser.

E aí estávamos eu e o Luiz Soares Dulci, professor e um dos fundadores do Sind-UTE que estava em greve de fome. Os militares queriam prendê-lo e matá-lo. Então forjamos uma situação e eu levei o Luiz Dulci para minha casa paroquial. Eu trabalhava na igreja do bairro Gutierrez e foi um momento muito tenso, porque fiquei em prisão domiciliar durante três dias, enquanto ele estava lá. Tudo controlado. Eu só

saía para ir à igreja celebrar. Telefone censurado e tropas cercando o tempo todo a casa paroquial, a praça Leonardo Gutierrez. A gente sem saber o que fazer, porque se nós dois saíssemos, se eles nos levassem para algum lugar sem nenhuma garantia, nós dois seríamos mortos. E muita gente atrás da gente: “Padre, deixa ele sair, solte ele.” Alguns diziam: “não é certo fazer essas coisas; o senhor está muito rígido. Deus te deu liberdade, não pode ser assim. O senhor vai morrer. Será que Deus quer isso mesmo?”

Essas questões pesam, muitas vezes. Fica muito difícil você tomar decisões nesses momentos. São terríveis as situações em que a gente se encontra, principalmente nessas situações, para tomar decisões. E conseguimos negociar. Depois de três, quatro dias, o presidente da Assembleia, que era da ARENA, ligada ao governo naquele momento, deputado Dalton Canabrava veio com o carro do presidente da Assembleia, entrou dentro da garagem da minha casa e pela garagem colocou o professor Luiz Dulci e eu, para garantia também, e levou o professor para a Assembleia Legislativa, para o gabinete dele. Ficou durante quatro dias negociando com o Exército a saída do professor Luiz Dulci. Ele não saiu da Assembleia enquanto não se resolveu positivamente a situação. Talvez foi um dos momentos mais difíceis que eu vivi nesse momento da minha caminhada, sempre lutando pelos direitos humanos e nunca mais deixei de lutar, até hoje.

Também é importante ressaltar que, em 1968, quando morreu o estudante Edson Luiz de Lima Souto no restaurante Calabouço, assassinado pelo Exército – fato que depois resultou na caminhada dos cem mil –, 34 padres da nossa Arquidiocese fizeram um documento oficial defendendo a atuação dos estudantes e denunciando que a polícia não podia ter feito o que fez. Todos eles foram indiciados em inquérito policial civil-militar lá em Juiz de Fora. Foram todos absolvidos, porque não tinha como fazer nada contra eles.

O centro de tortura oficial era o DOPS, mas havia muitos outros lugares que a gente não sabia. Hoje descobrimos que um dos centros de tortura de Belo Horizonte foi o Colégio Militar da Pampulha. Foi um centro de tortura enorme, muita gente passou por lá.

O que eu fico triste é que existem ainda muitos restolhos da ditadura no nosso país. Os projetos que o governo hoje está fazendo são projetos gestados na ditadura: transposição do Rio São Francisco, usina de Belo Monte são projetos da ditadura. Esse

projeto de criminalizar as manifestações populares, então, tenho muita preocupação com isso, porque isso pode levar a gente para caminhos tortuosos.

Aconteceu ontem, dia 08 de abril de 2014, a reunião do Fórum Mineiro de Direitos Humanos. Estão dizendo que a polícia está utilizando tortura e que eles vão prender preventivamente 170 pessoas antes da Copa do Mundo deste ano. A tortura continua impune nas prisões, nas relações com os drogados. Outro absurdo é a Lei da Anistia prevalecer sem que os torturadores sejam julgados e presos, ao contrário do que aconteceu em outros países.

Nós ainda temos uma tutela militar muito grande no nosso país e isso é doloroso. Nossa tarefa é muito grande: fortificar cada vez mais os instrumentos de democracia, porque tortura e ditadura, só quem passou por lá sabe o que significa.

Como diz o poeta Paulo Gabriel (1991, p. 81), um dos que sofreu tanto nesses tempos,

Caminhos pisados já não quero

[...]

acertemos nosso passo  
livres de preconceitos  
sem medo do amanhã  
vamos juntos companheiro!

Ditadura e tortura, nunca mais!

### **Referências:**

ANTONIAZZI, Alberto; DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro (Org.). **As veredas de João na barca de Pedro**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2002.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis: Vozes, 2008. (História geral da Igreja na América Latina)

BEOZZO, José Oscar. **Cristãos na universidade e na política: história da JUC e da AP**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

GABRIEL, Paulo. **Clamor continental**. Belo Horizonte: Mazza, 1991.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil:** hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil, (1916-1985).** São Paulo: Brasiliense, 1989.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **A JUC: os estudantes católicos e a política.** Petrópolis: Vozes, 1984.

## **A UNIVERSIDADE E A DITADURA**



## **A UNIVERSIDADE, OS CIENTISTAS E OS GOVERNOS MILITARES**

Otávio Soares Dulci

Devo dizer que fiquei muito interessado em comparecer a esta sessão, porque têm ocorrido vários eventos relacionados com o cinquentenário de 1964, e eu ainda não tinha participado de nenhum deles. E, sobre o assunto de que vamos tratar aqui, tenho algo a apresentar que é fruto de uma pesquisa.

Há uns sete anos, eu participei de um projeto do Grupo de História Oral da FAFICH-UFMG sobre a memória dos cientistas brasileiros, focalizando especificamente a memória oral da ciência na UFMG. O projeto foi coordenado pela professora Maria Eliza Linhares Borges, do Departamento de História, e contou com a contribuição de diversos estudantes de História. Fizemos 32 entrevistas. Um dos temas muito presentes nessas entrevistas era a situação dos cientistas nos governos militares. Mais da metade dos entrevistados respondeu às nossas indagações sobre a relação entre a Universidade e o período autoritário de 1964-1985.

É isso que eu vou trazer para vocês. Minha ideia é utilizar dados da pesquisa, visto que estamos em um ambiente acadêmico. E, no caso, trata-se de coisa bastante original porque é o próprio corpo de cientistas, de intelectuais da universidade, relatando o que eles tinham vivido durante esse período.

Vou dividir a minha exposição em duas partes. A primeira focaliza a dimensão institucional: trata da situação da Universidade durante o regime autoritário, com destaque para o tema da reforma universitária então implantada. A segunda parte examina a realidade dos cientistas e professores naquele período, por meio das lembranças que nos transmitiram nas entrevistas. No final farei uma breve conclusão sobre a tensão entre a ciência e a política que se verificou durante aquele período histórico do nosso país.

### **A UFMG e o regime de 1964**

Inicialmente, convém mencionar a situação da Universidade no período histórico correspondente ao regime de 1964. Não são muitas as fontes publicadas sobre a UFMG nessa fase, e entre elas se destaca um volume de história oral, organizado pelas historiadoras Maria Efigênia Rezende e Lucília Neves, contendo entrevistas temáticas



com os seis reitores que dirigiram a instituição nas décadas de 1960, 1970 e 1980. As entrevistas dos reitores constituem registro bastante rico; propiciam comparações com entrevistas de outros atores da própria UFMG (como os que foram colhidos pela nossa pesquisa) e também com registros concernentes a outras instituições acadêmicas que viviam circunstâncias semelhantes.

Há uma imagem cultivada no âmbito da UFMG de que ela ficou relativamente imune às intervenções da ditadura graças à sua coesão interna e capacidade de resistência. Trata-se, porém, de meia-verdade. Os reitores destacam as pressões que recebiam de autoridades governamentais e também de chefias militares à revelia do próprio governo, que ocorreram desde o início do regime.

Já em abril de 1964, quando o movimento civil-militar foi deflagrado, houve expurgos de professores e estudantes. Em agosto do mesmo ano, o reitor Aluízio Pimenta foi destituído pelo comando militar regional. Assumiu em seu lugar um interventor do Exército. Essa medida provocou forte articulação da elite acadêmica com autoridades federais ligadas à UFMG, sendo anulada pelo Presidente da República dois dias depois. Tal reviravolta indicava que seria possível salvaguardar a autonomia da Universidade diante dos constrangimentos impostos pela nova situação política. Entretanto, em 1969, durante o governo interino da Junta Militar, que substituiu o Presidente Costa e Silva, a Universidade foi violentamente atingida pela decapitação de sua cúpula. O reitor Gerson Boson, diretores de faculdades importantes e outros professores conhecidos foram cassados pela Junta. A UFMG ficou acéfala e fragilizada, temendo pelo futuro.

Diante das circunstâncias adversas, houve uma articulação política interna para a escolha da nova administração de modo a preservar uma margem suficiente de autonomia, não cedendo espaço para os segmentos acadêmicos alinhados com o regime. Esse padrão prosseguiu até o final do regime autoritário, expressando-se nas negociações para a elaboração das listas sêxtuplas de candidatos a reitores e diretores de unidades, cuja nomeação cabia ao Presidente da República.

Nesse sentido, a trajetória da UFMG foi, de fato, diferente das de outras instituições acadêmicas do país em que a intervenção foi direta, sem rebuços (por exemplo, o Instituto de Manguinhos e a Universidade de Brasília). Ou daquelas em que a elite universitária se adaptou às exigências do regime através da escolha de homens de confiança do mesmo para os cargos diretivos.

Sob outro ângulo, a leitura das entrevistas dos reitores revela o quanto a Universidade era fragmentada em faculdades relativamente autônomas, modelo federativo com o qual havia sido criada em 1927 e que só aos poucos foi superado. A cátedra vitalícia foi extinta em 1965, mas a mentalidade herdada dessa estrutura tradicional de poder perdurou por mais tempo, principalmente nas grandes escolas profissionais (Medicina, Engenharia e Direito). Essa fragmentação política e administrativa contribuiu para tornar a Universidade vulnerável à ditadura, inclusive porque diretores de faculdades às vezes se submetiam às proibições do regime, em desacordo com a orientação autonomista dos reitores.

A integração da UFMG foi estimulada pelo processo de construção da reforma universitária na década de 1960, o que leva a considerar o outro lado da moeda: a modernização da Universidade, ocorrida ao longo do regime ditatorial. A ideia de processo, aplicada à reforma universitária, é útil para analisar a trajetória da UFMG porque essa instituição começou a modificar sua estrutura já em meados dos anos 1960. A inspiração vinha do modelo da Universidade de Brasília – criação de institutos centrais, do ciclo básico, de departamentos etc. A experiência de Brasília foi alvejada em sua infância pela repressão militar, mas a nova visão de universidade que ela traduzia influenciou os setores reformistas na UFMG e em outras universidades brasileiras de grande porte.

Assinale-se que o regime pós-64 levou adiante a agenda de reformas institucionais, as “reformas de base”, debatidas desde a campanha presidencial de 1960, embora despojando-as de seu sentido político e social avançado para se concentrar no aspecto da modernização econômica. A reforma universitária fazia parte de tal agenda.

No tocante à legislação federal, a reforma universitária começou a se esboçar em 1965, quando foi extinta a cátedra vitalícia. Desse mesmo ano é o parecer Sucupira, documento básico para a definição e futura regulamentação da pós-graduação brasileira, tendo como modelo a pós-graduação norte-americana. Em 1966 e 1967 foram emitidos dois decretos-leis que continham os elementos centrais da reforma. E esta, finalmente, foi promulgada pela Lei nº 5.540, de novembro de 1968, estabelecendo a articulação do ensino e da pesquisa, a criação de institutos básicos, a criação dos departamentos e dos colegiados de cursos, a valorização da extensão, além de disposições sobre a vida estudantil e sobre as escolhas dos dirigentes das universidades públicas.

Três semanas depois da publicação da Lei da Reforma Universitária, o regime autoritário sofreu a guinada do Ato Institucional nº 5. Instaurava-se uma ordem plenamente ditatorial, que vigorou até 1978, durando, portanto, dez anos. Foi nesse difícil ambiente político que as universidades começaram a se adaptar às diretrizes da reforma.

### **A comunidade científica da UFMG**

Os dados colhidos pela pesquisa “Memória Oral da Ciência na UFMG” oferecem uma perspectiva distinta da que é narrada pelos reitores. Os cientistas por nós entrevistados compreendem vários grupos etários. Os mais antigos iniciavam suas carreiras de professores na década de 1960. Outros eram estudantes nessa época. E outros ainda só ingressaram na Universidade como alunos em fase posterior do regime ditatorial, tendo desenvolvido suas trajetórias acadêmicas já no ambiente da abertura política. Construídas do presente para o passado, as memórias do ontem apresentam variações ligadas, em parte, ao lugar funcional de cada entrevistado na atualidade. Além disso, expressam ritmos e ênfases próprias, que correspondem às experiências individuais vivenciadas no período da ditadura.

Nossa pesquisa colheu relatos significativos sobre diferentes problemas que afetaram as carreiras dos professores em virtude dos controles do regime ditatorial. São valiosos porque se referem a restrições ou proibições não-escritas, das quais, portanto, não há qualquer evidência ou registro. Dados como esses só podem ser obtidos por levantamentos de memória oral, o que realça a utilidade desse método de pesquisa. Dentre os temas privilegiados nas narrativas destacam-se os seguintes:

- a) a ação de professores e alunos contra a repressão no espaço universitário;
- b) como o regime não interferiu no cotidiano de professores e alunos que não se envolviam com a política;
- c) as estratégias da universidade diante dos controles sobre as escolhas de dirigentes e a incorporação de professores;
- d) o caráter oficioso das proibições e suas repercussões nas carreiras acadêmicas;
- e) a diáspora dos brasileiros em virtude das medidas ditatoriais;
- f) a reforma universitária e suas repercussões para a instituição e os membros da comunidade acadêmica.

Vou abordar cada um desses temas recorrendo às lembranças e comentários que apareceram nas entrevistas com os cientistas da UFMG.

Episódios de repressão no espaço da Universidade ocorreram entre 1964 e 1968 e voltaram a acontecer na segunda metade da década de 1970, quando o movimento estudantil ressurgiu na cena pública. Magda Becker Soares, então uma jovem professora de Língua Portuguesa, transmitiu relato vívido de um cerco policial à Faculdade de Filosofia, em fins de 1968. Lá se realizava um encontro clandestino da UNE, sobre o qual os órgãos de repressão tinham sido informados. Muitos professores permaneceram no último andar do prédio, dando cobertura aos estudantes ali refugiados, enquanto o diretor (o professor Pedro Parafita de Bessa, pessoa muito digna e correta) negociava uma solução. Por fim, Magda Soares se encarregou de transportar, no porta-malas do seu carro, o presidente do Diretório Acadêmico, que era procurado arduamente pela polícia. Conseguir atravessar despercebida a barreira policial foi um momento de alto risco para ela.

Apesar de tudo, seu balanço do processo é positivo. Fez um comentário sugestivo sobre o fortalecimento da Universidade, resultante dos embates com o regime:

Foi muito o que a gente sofreu nessa época, mas, exatamente por isso, eu acho que não foi um retrocesso. Quem dera que essa meninada de hoje tivesse a força e a coragem que aquela juventude teve na época, de enfrentar aqueles militares! Aquelas medidas repressivas e tal... Eu acho que isso fortificou muito a Universidade. Porque era um grupo unido, contra um inimigo muito bem configurado. O fato de você ter um inimigo bem configurado e que é repressivo, que é dominador, dá mais força pra luta.

Um ângulo diferente é apresentado pelos cientistas que se dedicavam apenas às aulas e aos laboratórios. O bioquímico e farmacologista Marcus Vinicius Gomez, por exemplo, disse que não foi prejudicado diretamente, nem seu setor acadêmico, mas sabe de muitas pessoas que foram atingidas. Inclusive na Faculdade de Medicina, onde ele começou a sua carreira docente em 1962.

Essa posição reflete bem a da maioria dos cientistas atuantes na época. Sabiam de pessoas e de grupos de pesquisa que foram atingidos pelas restrições do regime, mas eles próprios não foram prejudicados e desenvolveram normalmente seu trabalho – desde que se mantivessem à margem da política. De acordo com o físico Antônio Sérgio Teixeira Pires,

eles não interferiam, cada um poderia trabalhar em pesquisa e fazer o que queria. Se alguém não se envolvesse com política, (isto é), com movimentos de esquerda e esse tipo de coisa, não havia problema. É verdade que alguns físicos na época começaram a se envolver com movimentos de esquerda, e alguns foram cassados, tiveram alguns problemas. Mas aqueles que queriam se dedicar somente à pesquisa, esses não tiveram o menor problema.

A memória das ofensivas mais duras sofridas pela Universidade (a intervenção em 1964 e a eliminação da cúpula em 1969) vai se desfazendo no tempo, mas se mantém viva para alguns professores que, ao lado da atividade de pesquisa, atuavam também nos órgãos de representação acadêmica. É o caso do físico Ramayana Gazzinelli, que assim recordou o episódio de 1969, cujo antecedente foi a sucessão na Reitoria, dois anos antes:

O reitor podia ser reconduzido na época. Aluizio Pimenta tentou ser reconduzido, entrou na lista tríplice, mas, para o governo, ele já era considerado de esquerda naquela época, então ele não foi escolhido. Escolheram (Gérson) Boson, que era uma pessoa que representava a Universidade mais tradicional, da Escola de Direito. Mas Boson não foi mal em relação à reforma (universitária), não foi lá muito bom, mas não foi mal. Acontece que, logo depois, veio uma coisa terrível: Boson foi aos Estados Unidos representando a Universidade, uma visita, e os militares puseram ele para fora, enquanto ele estava lá. Uma pessoa que era um conservador, que era da área deles e eles por algum motivo, algum general aqui implicou com ele por algum motivo, e o aposentaram. Ele ficou chocadíssimo.

Junto com o reitor, perderam os cargos alguns diretores, entre eles o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Rodolfo Bhering. “E ele andou usando alguns instrumentos de exceção, depois ele foi vítima”, comenta o demógrafo José Alberto de Carvalho, que foi diretor da mesma Faculdade e na época era já professor. Carvalho, entretanto, faz uma ressalva: “Mas era muito difícil para um diretor, ainda mais aqui que tinha fama, aqui era o centro (da mobilização estudantil contra o regime). Os grupos de esquerda mandavam os jovens promissores para aqui”.

A UFMG ficou em situação precária, com as cassações de 1969. Houve, então, uma articulação das lideranças favoráveis à autonomia e à reforma universitária no sentido de conseguir a nomeação de um reitor sintonizado com essas ideias. Ramayana Gazzinelli participou desses entendimentos, dos quais deu um relato em seu depoimento:

Nós tivemos um papel, eu participei disso, quem é que nós íamos escolher para reitor na época. Então nós fizemos uma (tentativa), agimos de maneira um pouco maquiavélica, nós procuramos escolher, que foi o Marcelo Coelho. Era um cientista de bom nome. E era uma pessoa muito jovem, era professor assistente na Universidade. O cunhado dele era um dos generais poderosos da Revolução. (Antônio Carlos Muricy, Chefe do Estado-Maior do Exército). Então, nós falamos assim: – Nós vamos escolher o Marcelo e pôr ele na lista. E fizemos uma lista em que, se falhasse, qualquer um dos outros seria uma pessoa razoável. (...) E aí ele foi escolhido. E ele teve um papel importantíssimo, porque aqui foi a única Universidade que não criou o tal Serviço de Segurança. Nós não tínhamos um coronel para ficar com segurança na Universidade. No período todo que nós passamos, qualquer problema mais grave de perseguição aos professores, ele telefonava direto para o Muricy. Então, a Universidade realmente passou por um período tranquilo, relativamente tranquilo. Isso é muito aceito.

Houve críticas, porque o reitor escolhido era muito novo, ainda professor assistente, o que significava uma quebra total da tradição universitária de ser governada apenas por catedráticos. Ele, por sua vez, estava perfeitamente consciente de seu papel naquele momento – preservar a UFMG.

Daí por diante, a direção da Universidade se manteve a salvo, mas teve que lidar o tempo todo com as pressões dos órgãos de segurança do regime, que opinavam sobre as contratações de professores, as licenças para afastamento do país e outros assuntos da vida interna da instituição. José Alberto de Carvalho mencionou uma situação ocorrida em meados da década de 1970. Sua Faculdade estava interessada na contratação de jovens economistas, egressos do Mestrado da Unicamp. Houve obstáculos políticos, mas “nós tivemos uma tremenda proteção por parte do reitor. Isso dá uma segurança para quem está aqui na planície”.

O caráter oficioso das restrições foi mencionado por José Alberto de Carvalho, ao acrescentar que recebeu, “obviamente não por escrito”, uma sinalização contrária à contratação de um professor de Economia, considerado “comunista perigoso”, e que hoje é professor titular da Faculdade.

Esse padrão de controle informal ganhou contornos surpreendentes no caso de Élvio Moreira, que durante a década de 1960 havia sido ativista da POLOP (Política Operária). Foi preso em 1969 por quatro meses e passou por sessões de tortura que lhe deixaram sequelas. Na ocasião iniciava sua carreira de ensino e pesquisa em epidemiologia animal. Ele já era professor da Escola de Veterinária há vários anos, quando foi impedido de sair do país para doutoramento nos Estados Unidos.

[A prisão em 1969] vai ter repercussão porque quando em 76 eu ganho uma bolsa para fazer um doutorado nos Estados Unidos, eu e a minha esposa, o diretor da Escola me chamou, trancou a porta e falou que ele tinha recebido um comunicado de Brasília e que eu não podia sair. Que era não recomendado pelo SNI.

Após a lei da anistia, o professor Élvio resolveu localizar a documentação da proibição. Mas não havia nada registrado na Universidade. Não havia registro sequer do período em que estivera preso. “Mas como não? Eu fiquei quatro meses fora da Escola e pagaram o salário!” Afinal, constatou que todo o procedimento tinha sido verbal: uma série de conversas mais ou menos sigilosas.

Outro tipo de obstáculo ao desenvolvimento de carreiras acadêmicas podia surgir na proibição de realizar pesquisas consideradas politicamente sensíveis. Isso aconteceu com o sociólogo Antônio Augusto Prates em 1976, quando estava para concluir o doutoramento nos Estados Unidos. Após cumprir rapidamente todos os créditos, voltou ao Brasil para preparar a tese, que se baseava em pesquisa de campo sobre o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). A pesquisa foi estruturada durante um ano, mas não foi autorizada, o que inviabilizou a tese planejada. O Mobral era controlado por militares, que, ao serem procurados, responderam ao professor Prates: “Você está fazendo isso para uma universidade americana, é claro que você vai chegar lá e fazer uma tese arrasando com o Brasil, então nós não vamos poder fazer isso, não”.

Numa espécie de contraponto a essas proibições, temos os relatos daqueles que tiveram que sair do Brasil por razões políticas, prolongando sua residência no exterior até que pudessem regressar em segurança. Por exemplo, o cientista Evando Mirra, professor de Engenharia Metalúrgica, permaneceu na França por vários anos; fez o doutorado e depois trabalhou na sua área de pesquisa, além de realizar estudos em outros campos, como a Psicanálise.

Analogamente, pessoas que estavam estudando no exterior tiveram que lá permanecer para não serem presas no Brasil. Foi o caso do antropólogo francês Pierre Sanchis. Após passar quase dez anos no Brasil, voltou à França, em fins da década de 1960, para fazer o Mestrado. Terminado o curso, recebeu um recado do Brasil, enviado pela família da esposa: “Na volta a polícia está esperando vocês”. O casal havia participado de algumas reuniões, no Rio de Janeiro, para a fundação do MR-8, organização de esquerda que surgiu por volta de 1968. “Então achamos que era

realmente plausível e decidimos não voltar. Mas não voltar e fazer o quê? Não tínhamos um tostão, não tínhamos nem intenção, nem possibilidade, de encontrar trabalho lá...” Não obstante, tendo que permanecer na França, Sanchis ingressou no doutorado, conseguiu bolsa para sua pesquisa e regressou ao Brasil somente em 1976.

As lembranças do exílio, da diáspora de refugiados brasileiros, compõem já um razoável acervo bibliográfico no país. Em nossas entrevistas, esse aspecto não ocupou lugar de destaque, mas podemos exemplificá-lo com um relato do economista Clélio Campolina Diniz. Em 1971, ele passou alguns meses no Chile, fazendo um curso de especialização em planejamento econômico e, então, tomou contato com a assustadora realidade dos exilados:

Na época em que eu estive no Chile a situação estava muito complicada a convivência entre brasileiros, porque havia muito policial daqui do Brasil infiltrado lá na comunidade chilena... E dedurando. Então um brasileiro não conversava nem abria o jogo com outro brasileiro se não estivesse previamente informado dos antecedentes do outro. Você encontrava um brasileiro no bar, por exemplo, não era para dar intimidade. Porque podia ser um policial brasileiro, sabe? Muita gente estava sendo presa aqui no Brasil por conexão de informação chilena.

O cenário da resistência política no Brasil foi comentado sob outro ângulo: o dos estudantes. Diversos cientistas que entrevistamos eram estudantes na época da ditadura e não deixaram de registrar o impacto do ambiente político sobre eles e seus colegas. Esse impacto, por certo, variou conforme a conjuntura. Vejamos dois exemplos.

O geneticista Sérgio Pena fez o curso de Medicina de 1966 a 1970, quando sua faculdade era um dos núcleos de mobilização estudantil em Minas Gerais. Vários dos líderes do movimento estudantil se deslocaram para a luta armada. Os estudantes em geral, como nosso entrevistado, viviam o cotidiano dos estudos, mas foram influenciados em seus valores pelo ambiente de contestação à ditadura:

Eu não era altamente politizado. Eu tinha colegas de turma que eram, alguns deles chegaram a (ir para) a guerrilha urbana. Eu não era muito politizado, mas toda a minha geração, eu acho que basicamente nós temos uma tradição liberal. Que eu acho que vem disso, de a gente se opor àquela ditadura. Então... um certo liberalismo, um humanismo que a gente tem, eu acho que vem daí, não é?

A conjuntura seguinte foi a da ditadura sem disfarces, após o AI-5. O matemático Márcio Gomes Soares fez sua graduação nessa fase, de 1971 a 1975.



Ingressou no curso de Física e logo se transferiu para o de Matemática. Destaca o envolvimento difuso dos alunos com a política naquele cenário:

Eu me lembro que naquela época a preocupação com a política era geral. Os alunos, em geral, todo mundo era preocupado com a política. Podia até ser que não fosse uma questão de ideologia e tal, mas o fato de você saber que o jornal tem uma censura... Todo mundo estava envolvido, mesmo quem não tinha o menor interesse por política se envolvia naquilo, que todo dia alguém era preso, soltavam alguém, alguém falava um absurdo... Então todo mundo era muito focado nisso.

O movimento estudantil se esforçava por sobreviver intramuros. As condições eram difíceis. O escopo de mobilização era muito mais limitado do que na década anterior. Claro, “ninguém ia fazer revolução. (Mas) era uma coisa absurda que estava acontecendo no país. Estava todo mundo motivado e antenado para isso...”

Passemos agora à visão dos cientistas a respeito da modernização ocorrida durante o período ditatorial no âmbito do ensino superior, da ciência e da tecnologia.

As diretrizes da reforma universitária parecem reunir apoio consensual entre os nossos entrevistados. Mesmo os que se opuseram ativamente aos governos autoritários a valorizam, acentuando particularmente a importância da institucionalização da pesquisa e da pós-graduação. No entanto, pode-se indagar: em que medida o fomento à ciência resultou do regime militar?

Um ponto de vista é o de que os militares e seus aliados tinham preocupações estratégicas, junto com preocupações com o desenvolvimento – seu lema era segurança e desenvolvimento. Então, o incentivo ao ensino superior, à ciência e à tecnologia estava de acordo com as finalidades do regime: modernização econômica e tecnológica, sob controle político estrito. Os cientistas mais apolíticos tendem a destacar esse nexos, que para eles seria um legado positivo dos governos da época.

Outros discordam, considerando que o progresso da ciência era uma evolução necessária, que ocorreria com ou sem os militares. E já vinha de antes: os militares apenas deram continuidade ao processo. Essa é a opinião do matemático Márcio Soares:

Eu acho que isso aí não dependeu dos militares. Era uma coisa natural. Tinha que... Alguém tinha que começar a investir nisso... E já havia uma longa tradição aí, não é? Se você pensa lá no Parecer Sucupira, na criação da própria CAPES, o Anísio Teixeira, que eu acho uma coisa fabulosa.

Ao lado da avaliação de cada um sobre a mudança de modelo institucional, nossas entrevistas captaram dimensões significativas da vivência pessoal e coletiva dos docentes ao se defrontarem com a mudança. O químico Carlos Alberto Filgueiras chamou a atenção para isso:

Com a reforma universitária surgiu a necessidade de os professores se dedicarem não apenas ao ensino, mas também à pesquisa. E isso veio de cima para baixo, foi uma ordem. Eu presenciei casos angustiantes de pessoas que eram professores há dez, vinte ou mais anos e de repente foram constrangidos a fazer uma atividade que eles nunca tinham feito e da qual nem tinham ideia do que fosse. (...) Em retrospecto, eu vejo que talvez tenha havido uma tolerância muito saudável que permitiu a muitas dessas pessoas se reciclarem, modificarem a sua maneira de trabalhar, sem desperdiçar aquela mão de obra que era valiosa.

A adaptação à nova realidade foi mais fácil nos institutos básicos criados com a reforma. Tal como o Instituto de Ciências Exatas, ao qual pertencia o Departamento de Química. A trajetória das escolas profissionais, sobretudo as de maior tradição, parece ter sido mais complicada. Cientistas da área profissional apontaram em suas entrevistas que foi lento o impacto da reforma universitária na estrutura de poder acadêmico, em virtude da herança da cátedra.

A pesquisadora Dulciene Queiroz, que estudou Medicina quando a reforma já estava sendo implantada, frisou que o “ranço” da cátedra se manteve por longo tempo após a sua extinção formal. O catedrático passou a se chamar professor titular, perdeu o monopólio da decisão em sua área, mas ainda assim conservou um poder muito grande. Um “poder subliminar”, segundo ela. “Esse poder que emana dele próprio, de uma história, de uma vida. Então as pessoas acatavam”.

### **Controle político e desenvolvimento científico**

Muitos dos cientistas entrevistados classificam como um paradoxo o incentivo financeiro que os militares deram ao desenvolvimento da pesquisa, a Reforma Universitária de 1968 e a criação dos cursos de pós-graduação no Brasil. Já que o regime era autoritário, repressivo, antidemocrático, pode parecer, à primeira vista, que seria uma contradição esse tipo de governo buscar modernizar as universidades, vistas muitas vezes como centros de resistência e oposição. Porém, se analisarmos a proposta

desenvolvimentista defendida pelos militares, veremos que *paradoxo* ou *contradição* não são expressões necessariamente aplicáveis ao caso estudado.

O projeto do “milagre econômico” pressupunha a modernização dos setores produtivos através de uma tecnologia nacional. Tecnologias de ponta deveriam ser criadas no próprio Brasil, reduzindo assim a dependência com relação aos grandes centros de produção científica do mundo. Só dessa maneira o Brasil poderia se tornar uma grande potência – através do desenvolvimento de uma ciência estreitamente ligada à indústria nacional. Tal projeto fica explícito no Parecer Sucupira, segundo o qual um dos três “motivos fundamentais” que justificavam a urgência da criação dos cursos de pós-graduação era “assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do *desenvolvimento nacional* em todos os setores”. (Grifo nosso.)

O paradoxo estaria em acreditar que a comunidade acadêmica aceitaria fazer da universidade um espaço acrítico, adotando uma perspectiva essencialmente tecnocrática. Com efeito, o grande apoio financeiro que a ditadura deu à ciência, no caso brasileiro, era baseado na ideia de uma tecnocracia, composta de cientistas de excelência, dirigida por militares. O esforço do regime era o de despolitizar as universidades, simplesmente excluindo os elementos não desejados. Isso corresponde ao conceito de militarismo que Alain Rouquié, no livro *O estado militar na América Latina*, define como típico na América Latina: o objetivo é livrar o Estado da influência de qualquer ideia de divisão de grupos sociais ou interesses, e assim poder tornar a nação mais autônoma para realizar sua “missão” de grande potência econômica. Tal ideia também pode ser aplicada à ciência – os responsáveis pela ciência no Brasil deveriam ser homens exclusivamente da ciência, dando a esta um caráter apolítico. O que as nossas entrevistas demonstraram é que esse projeto não era viável e nem poderia ser aceito pela comunidade nos termos desejados pelo regime.

## A UNIVERSIDADE E O GOLPE DE 1964

Magda de Almeida Neves

Liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda.

Cecília Meireles

O presente texto tem como objetivo rememorar, alguns fatos de repúdio à ditadura militar, ocorridos nas universidades brasileiras, principalmente, as ações dos jovens que ousaram contestar todo um aparato repressivo, entre 1964-1968. Dirigentes, professores e estudantes resistiram, de diferentes maneiras, ao golpe militar de 31 de março de 1964 e a universidade teve um papel fundamental nesses anos.

Nessa época, o mundo estava dividido em dois blocos: um liderado pelos Estados Unidos e outro pela então União Soviética. Tempo de guerra fria, caracterizada por forte bipolaridade entre capitalismo e socialismo. Os militares brasileiros definiram como estratégia proteger o país contra o comunismo e articularam com apoio do empresariado nacional e internacional, de setores conservadores da Igreja Católica, latifundiários e segmentos da classe média a derrubada do governo constitucional de João Goulart. O regime militar teve como alicerce de seus governos a doutrina de segurança nacional, baseada no binômio segurança e desenvolvimento (DREIFUSS,1981).

Para a implementação e a sustentabilidade da política de desenvolvimento propugnada pelos militares, a universidade era um lugar excepcional. Ali se encontravam grupos de pesquisadores competentes nas diversas áreas do conhecimento. Para os militares, era fundamental estabelecer uma reforma universitária. Qual o objetivo dessa reforma? No seu livro, o historiador da UFMG Rodrigo Motta (2014) analisa a proposta dos militares, demonstrando que o projeto de reforma era ao mesmo tempo modernizador e conservador. Entretanto, grupos de professores e estudantes, assim como outros setores se colocaram contra esse projeto e também a resistência à ditadura militar irrompia em toda a sociedade.

Engajado nessa luta havia todo um movimento de diferentes setores da sociedade civil. Nos anos 1950 e 1960, o Brasil viveu um momento de efervescência democrática, um momento de liberdade e organização política. Grupos de jovens, por

exemplo, participavam ativamente da Ação Católica, que organizava a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Universitária Católica, a Juventude Operária Católica, a Juventude Agrária Católica, todos num processo de busca que emanava de dentro dos princípios da Igreja, da *Rerum Novarum*, na pretendida busca de uma justiça e igualdade social maior. Esses valores estavam presentes em todas as discussões e vão influenciar profundamente muitos jovens que entraram nas universidades naqueles anos.

Sindicatos fortaleceram a sua organização e mobilização a partir dos anos 1950, após a constituinte de 1946 e também os diferentes partidos políticos e os grupos de esquerda que propunham mudanças de acordo com os valores socialistas. Esses atores políticos participavam ativamente da vida política do país e defendiam a bandeira das reformas propostas pelo governo de João Goulart, líder do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), herdeiro de Getúlio Vargas. Acusado pelos militares de ser comunista e defender o ideário comunista, na realidade Jango era um reformista, forjado na ideologia trabalhista (Ferreira, 2011).

Nesse contexto de forte efervescência de grupos políticos e de proposta de mudanças pelo governo federal, os militares, apoiados por grupos conservadores e pelos Estados Unidos, ocuparam o poder por 21 anos. Com relação à universidade, propuseram uma reforma com base no ensino pago, na perda da autonomia universitária e muitas outras mudanças que os estudantes não queriam aceitar. Eram contrários principalmente à aliança do MEC com uma instituição americana, a USAID, denominado projeto MEC-USAID. Como resposta, os estudantes realizaram diversas atividades de protesto por todo o país. No dia seguinte ao golpe, a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro é invadida e queimada. Centenas de estudantes foram presos em todas as universidades, sendo a UNE oficialmente extinta e desmantelada pelo governo militar. Esse ato por parte dos militares já simbolizava a tentativa de derrotar os jovens na sua luta pela democracia e pelas reformas.

A UNE promovia inúmeras atividades e uma das mais importantes era o chamado Centro Popular de Cultura (CPC) que congregava jovens talentos como Oduvaldo Viana Filho, famoso Vianinha, autor da peça *Gota d'água*, um dos diretores e criadores do CPC da UNE. Também atuavam, nesse Centro, Estevam Martins, sociólogo; Leon Hirszman, que depois se tornaria cineasta famoso; Eduardo Coutinho, que começou nessa época seu documentário *Cabra marcado para morrer*; e muitos outros que contribuíram para a criação de uma cultura engajada.

Desde 1964, após o golpe militar, tiveram início as perseguições aos professores e estudantes. Foram instalados em várias universidades os Inquéritos Policiais Militares, os IPMs. Também passou a ser incentivada a delação de professores, principalmente na USP, na UNB, na UFRJ e em outras universidades onde muitos professores foram cassados e presos. Muitos dos nossos intelectuais brasileiros foram exilados ou foram trabalhar em universidades fora do Brasil.

Estudantes em Brasília promoveram grande manifestação em defesa da Universidade Nacional de Brasília (UNB), que fora fundada em 1962. A UNB foi fundada com uma proposta bastante inovadora em termos pedagógicos, por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, diferente daquela reforma modernizadora, mas ao mesmo tempo conservadora, que os militares queriam programar nas universidades. Por defender essa proposta foram perseguidos, cassados e exilados, ao lado de muitos outros professores que contribuíram para a efetivação desse projeto. Podemos citar, entre muitos que foram cassados e exilados, os professores: Darcy Ribeiro; Anísio Teixeira; Heleno Fragoso, advogado; José Leite Lopes, físico; Maria Ieda Linhares, historiadora; Florestan Fernandes, sociólogo; Caio Prado Júnior; Mário Schemberg, um dos mais conhecidos cientistas brasileiros; Celso Furtado, economista.

Fato que chamou atenção foi o denominado *massacre de Manguinhos*, quando dez pesquisadores da Fiocruz foram cassados em 1970, entre eles o médico parasitologista Herman Leite. Vários projetos inovadores que estavam em gestação naquele momento foram abortados e nunca mais retomados. Esse foi um período muito difícil da ditadura militar.

Uma das principais medidas de institucionalização do estado ditatorial foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 13 de junho de 1964, órgão que deveria assessorar o Executivo em todas as questões afeitas à segurança nacional e, dessa maneira, em nome da segurança nacional controlar e espionar a vida dos cidadãos brasileiros. Nas universidades, professores e alunos, principalmente as lideranças estudantis estavam constantemente sob vigilância e, em 1965, foi promulgado o Decreto-lei 477 que expulsava da universidade estudantes que participassem de qualquer atividade política.

O regime militar editou vários atos institucionais, como o Ato Institucional nº 2, em 17 de outubro de 1965, que estabelecia eleições indiretas para presidente e vice-presidente da República e extinguiu os partidos políticos existentes. Foram criados dois

partidos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual reuniu a oposição ao regime militar e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de apoio ao governo. Vários outros atos institucionais foram promulgados pelo regime militar mudando a constituição brasileira de forma autoritária.

Em 1965, os protestos dos estudantes ganharam mais força contra o regime militar e várias universidades organizavam diversos atos de resistência. Em Belo Horizonte, ocorreu a passeata de calouros protestando contra a ditadura. Foi reprimida duramente pela polícia. Os vários centros estudantis que prestaram solidariedade foram invadidos e lideranças estudantis presas.

Em 1966, as entidades estudantis entraram na clandestinidade e a UNE elege a sua nova diretoria. O primeiro presidente da nova diretoria da UNE na clandestinidade foi um mineiro, Jose Luiz Guedes, estudante da Faculdade de Medicina da UFMG. Posteriormente, perseguido pelos órgãos de segurança nacional entrou na clandestinidade e exilou-se com a família. Os estudantes intensificaram os atos contra a ditadura através de inúmeras manifestações e passeatas, agitando as principais ruas das cidades brasileiras.

Em represália, os militares passaram a intervir nos diretórios acadêmicos, entidade representativa dos estudantes nas faculdades das diversas universidades do país. A resposta dos jovens foi a criação do que denominavam “diretórios acadêmicos livres”. Os estudantes protestaram com maior veemência contra o acordo MEC-USAID, a reforma educacional firmada entre o Ministério da Educação e o governo dos Estados Unidos. Reivindicavam reforma educacional, maior investimento na universidade pública de qualidade, maior autonomia universitária, um ensino mais comprometido com a realidade social e política. A diretoria da UNE, na clandestinidade, decretou que o dia 22 de setembro de 1966 seria o dia nacional da luta contra a ditadura e a política educacional do regime. Manifestações ocorreram em diversas universidades e ruas das grandes cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, cerca de 600 estudantes reuniram-se na Faculdade Nacional de Medicina da UFRJ. A polícia invadiu a faculdade, espancou e prendeu inúmeros estudantes. A participação ativa do reitor dessa universidade nas negociações conseguiu liberar a saída dos alunos.

Além de toda a repressão instalada nas universidades, intervindo nos diretórios estudantis, cassando e expulsando professores e alunos, o governo militar coloca interventores na direção das universidades públicas, retirando reitores eleitos. Na

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o reitor Aluísio Pimenta foi substituído pelo interventor, coronel Expedito Orsi Pimenta, em julho de 1964.

Além dessas medidas, o governo ditatorial resolveu fechar os restaurantes universitários, tidos como lugares de mobilização contra o regime. Em 28 de março de 1968, os estudantes fizeram nova passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro indo posteriormente para o restaurante Calabouço. Imediatamente ocorreu reação da polícia, que invadiu o local e matou o estudante Edson Luiz. A resposta dos universitários a esse ato não demorou. Os estudantes levaram o corpo de Edson Luiz para Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro onde permaneceu exposto sob a guarda de representantes políticos e líderes estudantis e, no dia seguinte, 50 mil acompanharam o enterro do jovem. Passeatas de protesto se organizaram em todo o país. No dia 4 de abril, foi realizada missa de sétimo dia na Candelária, com participação de políticos da oposição, setores da Igreja contrários à ditadura, professores e alunos da universidade. O governo reagiu com forte repressão, colocando contra os participantes a cavalaria do exército e perseguindo pelas ruas do centro da cidade os participantes daquele ato.

Inúmeros protestos, passeatas, manifestações nas universidades e nas ruas surgiram nas cidades brasileiras. No dia 25 de junho, foi organizado um ato político na Cinelândia, no centro da cidade do Rio de Janeiro, contra a reforma universitária proposta pela ditadura militar. Os estudantes contaram com o apoio de intelectuais, de artistas e de setores da Igreja Católica, contra a privatização do ensino e contra a interferência norte-americana. A famosa *Passeata dos cem mil*, que percorreu as ruas do Rio de Janeiro – com participação ativa não só dos estudantes e professores, mas também de artistas, intelectuais, cineastas, além de setores da Igreja – foi um marco de resistência à ditadura.

Com o aumento das manifestações, o governo militar editou o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, marcando o fim da primeira fase da institucionalização do Estado de Segurança Nacional. A partir de 1968, iniciou-se a fase mais dura da ditadura militar, com fechamento do Congresso Nacional, assembleias estaduais e municipais, expurgos em órgãos políticos representativos e nas universidades, aumentando a perseguição aos professores e alunos. Durante a vigência do AI-5 e do Decreto-lei 477, o clima das universidades foi de tensão permanente.

Como ocorria em todo o país, no dia 5 de outubro, estudantes reunidos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH/UFMG, na Rua Carangola, em



Belo Horizonte, preparavam-se para o congresso da UNE que deveria ser realizado em Ibiúna, clandestinamente. Entretanto, sendo informada dessa atividade, a polícia cercou o prédio e mais de setecentas pessoas ficaram sitiadas, só saindo depois da posição firme do seu diretor, Pedro Parafita de Bessa, que impediu a invasão da polícia.

O ano de 1968 foi um marco importante para toda uma geração. No Brasil, os jovens não se calaram, expressando de diferentes maneiras seu repúdio ao regime ditatorial. Importante fato desse ano foi a realização do congresso da UNE, na cidade de Ibiúna. Mobilização de inúmeros jovens de todo o Brasil, querendo demonstrar a força da sua entidade e do repúdio dos jovens ao regime autoritário e também às repressões que ocorriam por todo o Brasil. Entretanto, a cidade foi cercada e invadida pela polícia e várias lideranças estudantis foram presas. O movimento viveu, a partir desse episódio, uma fase de declínio, tendo que enfrentar prisões e torturas.

Importante lembrar que 1968 foi um ano de contestação em todo o mundo, e o espírito libertário surge com força. Os jovens de diversos países questionavam as estruturas estabelecidas, o autoritarismo dos modelos econômicos, tanto capitalista quanto socialista, e propunham uma nova ordem mundial. Em Paris, um dos principais focos da revolta dos jovens se deu em torno de duas universidades – Sorbonne e Nanterre. Seus muros foram pichados e as palavras de ordem, lembradas até hoje – “a imaginação ao poder” e “é proibido proibir” –, estavam presentes em inúmeras pichações. O movimento de maio de 1968 contestava o Estado, a religião, o sistema educacional, a sociedade de consumo e se estendeu para outros países europeus e os Estados Unidos. Sua herança, principalmente cultural, colocou no centro das atenções o direito das minorias, o movimento ecológico, o movimento feminista e a crítica à cultura de massas.

No Brasil, além dos atos de contestação à ditadura militar, os jovens também se rebelavam contra o conservadorismo dos costumes. Mais liberdade sexual, participação ativa das mulheres no movimento estudantil, inclusive assumindo papel de liderança, como Yara Iavelberg que foi presidente do Diretório Acadêmico de Psicologia na USP e depois se tornou companheira de Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ambos mortos pelas forças da repressão na Bahia, em 1971. Nesses anos nasceu uma nova consciência cultural e artística, questionando tanto o autoritarismo familiar quanto da própria sociedade. O lema que ecoava para muitos jovens e que estava

presente na música, na poesia, no teatro, enfim, nas atividades artísticas e culturais era sair às ruas “sem lenço e sem documento”.

No Brasil, em 1969, tomou posse como presidente da república, por eleições indiretas, o general Garrastazu Médici permanecendo no poder até 1974 e dando início aos “anos de chumbo da ditadura militar”. Com o aumento da repressão, muitos dos jovens estudantes que combatiam a ditadura optaram por entrar na clandestinidade e aderir aos grupos de esquerda. Muitos propunham a luta armada como estratégia de enfretamento da ditadura militar. Uma das mais conhecidas organizações da época, o Partido Comunista do Brasil estabeleceu na região do Araguaia, um foco de resistência, a *Guerrilha do Araguaia*. Muitos jovens que aderiram a essa proposta foram mortos pelo exército e até hoje muitos estão desaparecidos.

Gostaria de lembrar, em memória de todos aqueles inúmeros jovens que combateram a ditadura, tendo sido torturados e mortos, o estudante e líder estudantil da UNB, Honestino Guimarães, presidente da UNE, que foi preso nos anos 1970, dado como desaparecido em 1973 e até hoje o seu corpo não foi encontrado. Também nomear quatro jovens mineiros: José Carlos da Mata Machado, morto sob tortura, e cujo corpo foi entregue à família com caixão lacrado; Gildo Lacerda, preso, torturado e cujo corpo continua desaparecido até hoje; Carlos Alberto Soares de Freitas, preso, torturado e morto na casa denominada “casa da morte”, em Petrópolis, e cujo corpo continua desaparecido; e Inês Etienne que também enfrentou inúmeras torturas na mesma casa e conseguiu sobreviver para dar seu testemunho.

A Universidade, através de muitos dos seus dirigentes, professores e estudantes nas inúmeras instituições espalhadas pelas cidades brasileiras, procuraram resistir de diversas maneiras à ditadura militar. Posteriormente, nos anos 1980, com o movimento das *Diretas já*, os jovens contribuíram de forma decisiva para a grande mobilização que ocorreu nesse momento, na sociedade brasileira. A luta pela liberdade e participação efetiva dos brasileiros na vida política do país foi um momento de fundamental importância para resgatar a democracia.

Local de vários atos de enfretamento e denúncia contra a ditadura, na rememoração dos cinquenta anos do golpe militar, em 2014 o prédio da FAFICH/UFMG foi tombado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural da Cidade. E, no prédio anexo denominado “coleginho” está sendo construído o Memorial da Anistia Política, uma parceria entre o Ministério da Justiça e a Universidade Federal

de Minas Gerais. O objetivo é resgatar e preservar a memória do período da ditadura no Brasil e contará com um centro de pesquisa com acervo de 60 mil processos de indenização. Também abrigará fotos, imagens, relatos, testemunhos, áudios, vídeos doados para o memorial. Conterá também com o acervo da própria UFMG: 10 mil fotografias, além de mais de 400 filmes da época.

Em 2012, com a nomeação, pela presidente Dilma Rousseff, de juristas, professores e advogados para formar a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de verificar a violação dos direitos humanos durante os anos ditatoriais e auxiliar na identificação dos desaparecidos políticos, um passo importante foi dado para resgatar, esse período da nossa história. É fundamental que as comissões formadas também nos estados e nas universidades tenham acesso aos arquivos e aos depoimentos com informações que permitam vir a público os fatos ocorridos nos anos em que vigorou o Estado autoritário brasileiro. Só assim poderemos resgatar a verdade desses tempos sombrios e fortalecer cada vez mais as instituições políticas e o processo democrático da sociedade brasileira.

### **Referências:**

DREIFUSS, René. **1964**: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

## O QUE RESTA DE 1964

José Luiz Quadros de Magalhães

É uma grande satisfação estar aqui. Boa noite a todas e todos presentes. O professor Robson Sávio pediu para que eu falasse sobre o que resta da ditadura hoje em dia. A herança é grande. É uma grande satisfação participar desta mesa com a professora Magda Neves. Participamos de um momento de resistência ao ataque do governo Fernando Henrique às universidades federais brasileiras. Naquele período, as universidades públicas não tinham como pagar a conta de luz e manter o básico funcionando adequadamente. A universidade era sistemática e diariamente atacada, e nós, por meio da Andifes, criamos na época um colégio de procuradores das universidades federais que produziu um importante projeto de autonomia universitária, que aos poucos foi se concretizando durante o governo Lula.

Interessante lembrar aquele momento de resistência, pois o ataque às universidades é um exemplo do que restou da ditadura. Podemos afirmar que há diversos tipos de herança que a ditadura empresarial-militar deixou, entre elas algumas práticas que permanecem. Ainda hoje, continuam as torturas pelo Brasil afora em larga escala; instituições que permaneceram; outras que foram criadas ou modificadas na época da ditadura militar como, por exemplo, a Polícia Militar. É necessário seriamente discutir a desmilitarização da polícia. A Polícia Militar do Estado de São Paulo é ideologicamente contra o povo; atua contra o povo e isso é uma herança clara. Não apenas como herança da ditadura de 1964, mas, no caso de São Paulo, é uma herança que já vem de mais tempo.

Não só práticas como a tortura permaneceram. A concentração dos meios de comunicação social é hoje ainda maior. Empresas que surgiram ou cresceram com o apoio da ditadura empresarial-militar são cada vez mais fortes e influenciam a opinião pública com distorções e mentiras. Essa mídia concentrada e comprometida com interesses de grandes empresas é também uma herança da ditadura. Vivemos hoje um bloqueio de informação. Nós não sabemos o que acontece pelo mundo afora. Existem algumas brechas nas redes sociais, mas os grandes meios privados de comunicação manipulam a opinião pública e mentem frequentemente.

O Papa Francisco falou isso recentemente: os grandes meios de comunicação privados mentem. Não se trata apenas de uma leitura ideológica dos fatos, o que a

grande mídia faz; trata-se de invenção de fatos. É mentira o que a gente vê na grande mídia brasileira e isso foi construído durante o período militar.

A questão da despolitização e da afirmação de um discurso técnico, pretensamente neutro, é outra herança presente. Outro dia um aluno meu da Faculdade de Direito me perguntou: “Professor, para que a gente fica estudando sociologia, filosofia, psicologia jurídica. Eu quero ver logo o direito penal, esse negócio aí não serve para nada. Para que serve filosofia?” Pensei: esse é o aluno que a ditadura idealizou. Os generais ficariam emocionados em ouvir essa pergunta. Então respondi: filosofia não serve para nada, para que serve a filosofia? Só para a vida e para mais nada. “Para que estudar filosofia, professor? Eu quero é fazer a minha petição, quero é ganhar dinheiro com meu escritório de advocacia”. Isso são heranças, inversões grosseiras que vivemos até hoje.

É interessante lembrar que em nome da pátria, da nacionalidade, deram um golpe: um golpe antinacional em defesa da nacionalidade. As inversões grosseiras podem ser retratadas assim: um golpe para garantir a democracia; o fim das liberdades fundamentais para garantir a liberdade. Esse foi o discurso das ditaduras de direita na América Latina. Esse era o discurso do governo Pinochet: em nome da liberdade, acabam com a liberdade de expressão, a liberdade de locomoção, o direito à vida, a liberdade de imprensa ou qualquer outra liberdade. Inversões grosseiras.

Acho importante utilizar a expressão “ditadura empresarial-militar”. Essa ditadura rompe com o primeiro momento, do ponto de vista jurídico constitucional, de uma relativa democracia representativa que ocorre a partir da Constituição de 1946. É muito importante lembrar que Constituição não é sinônimo de democracia. E mais, que as primeiras constituições não nasceram democráticas. O constitucionalismo teve uma função histórica de reação às mudanças e transformações não permitidas. O constitucionalismo nasce na forma liberal. O liberalismo rejeita a democracia e o constitucionalismo liberal rejeitou a democracia. Ele foi criado como mecanismo de reação às mudanças não permitidas. Assim foi a nossa Constituição liberal e conservadora de 1824, que cria uma monarquia constitucional. A nossa Constituição liberal e conservadora de 1891 também: embora falasse de voto livre, existiam, naquele período, vários mecanismos de fraudes e manipulação de resultados eleitorais, além de uma participação pequena do eleitorado, pois poucos podiam votar.

A nossa primeira Constituição social e democrática foi a de 1934, mesmo assim com graves infiltrações totalitárias. Por exemplo: na constituição de 1934, havia entre as atribuições do presidente da República, a previsão de estabelecer políticas de eugenia (política racista chamada de “melhoramento racial” ou embranquecimento da população). A Constituição de 1934 não foi efetivada. Posteriormente temos uma Constituição de inspiração fascista em 1937. Em 1946, temos finalmente um primeiro momento de uma relativa democracia representativa majoritária social-liberal que atravessa dezoito anos, aos trancos e barrancos, até o golpe empresarial-militar de 1964.

Uma coisa interessante desse golpe está em sua característica ideológica, utilizando aqui o sentido de ideologia no seu sentido de distorção, como é encontrado, por exemplo, na obra de Slavoj Žižek. Esse filósofo e psicanalista esloveno tem várias obras traduzidas no Brasil. Entre suas obras sobre o tema podemos citar o livro *Um mapa da ideologia*, no qual encontramos quinze textos de pensadores, especialmente do século XX, que trabalham conceitos distintos da palavra ideologia. Žižek apresenta no texto inicial e no texto final do livro, dois grandes conceitos dessa palavra: ideologia no sentido negativo, no sentido de encobrimento, de distorção proposital da realidade, de uma representação falsa do real; e um sentido positivo de ideologia enquanto um sistema mais ou menos coerente de pré-compreensões, conceitos e experiências por meio dos quais percebemos e interpretamos o mundo.

É no primeiro sentido, de encobrimento e distorção, que nos referimos à ditadura empresarial-militar como um ensaio de um teatro cínico e mal representado. Tentaram passar uma ideia, por meio de uma representação grosseira, de que ali havia funcionando um Estado de direito. Foram criadas instituições jurídicas, atos jurídicos inventados e inclusive duas Constituições: a Constituição de 1967, “promulgada” por um Congresso contra a parede; e o que foi chamado de “Emenda nº 1 de 1969”, que não foi uma emenda, pois não foi uma alteração pontual do texto, mas sim, um novo texto, portanto, uma nova Constituição ilegítima. Muitas pessoas foram perseguidas, torturadas, exiladas.

A Constituição de 1967 não chega a ser aplicada, é desrespeitada pela própria ditadura. Daí que é uma ditadura e não um regime constitucional autoritário. Se eu digo que o constitucionalismo não é necessariamente democrático é porque há uma grande diferença entre ditadura e Estado constitucional, mesmo que se trate de Estados constitucionais autoritários. As normas que essa ditadura fazia, ela mesmo não cumpria.

A Emenda nº 1 de 1969 foi mais uma tentativa de oferecer um revestimento de uma falsa constitucionalidade, de uma falsa legalidade: uma emenda que não era uma emenda. Tratava-se de uma outra Constituição autoritária e ilegítima e, mesmo assim, as suas normas também não foram observadas pela mesma ditadura empresarial-militar.

Havia uma tentativa recorrente de fazer uma representação, um teatro de um estado de direito por meio de instituições que aparentavam funcionar normalmente. O Supremo Tribunal Federal estava aberto e funcionando. Existia um bipartidarismo legal entre ARENA e o MDB e, a partir de um momento, eleições sempre controladas, mantendo ajustes constantes nas normas eleitorais e constitucionais, evitando que em algum momento o MDB pudesse ameaçar a continuidade desse teatro.

É muito interessante pensarmos nessa ditadura como um ensaio para um teatro ainda mais sofisticado que viria após, com o gigantesco projeto neoliberal. As ditaduras na América Latina e o Brasil como Estado-chave foram parte de uma luta por um poder global, hoje, aparentemente sem limites.

Se prestarmos atenção no que acontece na Europa ou nos EUA veremos que a abstenção eleitoral na Europa, agora nas eleições da França, neste ano de 2014, foi assustadora. Eu li ontem que chegou a 48% de abstenção. Na União Europeia, chega a 59% a abstenção. 59% dos eleitores europeus não votam. Mas não votam por quê? Porque sabem que não adianta votar em a, b, c ou d; que o sistema econômico, que a política econômica, que a vida deles vai continuar a mesma coisa. Muda o discurso, muda a forma, mas essencialmente tudo continua da mesma forma. O filósofo francês Alain Badiou escreveu recentemente que hoje, na França, é possível escolher tudo: pode-se escolher a marca do pneu do carro, a cor do carro, a marca do carro, a marca do celular, a revista, o jornal, mas o que efetivamente interessa não é possível escolher, porque não são oferecidas alternativas: o sistema social, econômico e político.

A mesma falta de alternativa se apresenta ao cidadão no Reino Unido hoje: escolher entre o partido conservador e trabalhista; ou o cidadão francês que pode escolher entre o partido socialista e conservador, quase a mesma coisa; ou, na Itália, a mesma coisa. Isso leva ao descrédito desse teatro pseudo-democrático que se sofisticou. Quem efetivamente manda? O sistema financeiro, grandes interesses econômicos que estão fora de qualquer controle democrático, fora de qualquer debate democrático ou possibilidade efetiva de mudança segundo a vontade popular. A vontade popular está gravemente comprometida por uma mídia concentrada em nível global e nacional.

O que é muito interessante nesse ensaio grosseiro de um falso estado de direito que a ditadura empresarial-militar representou, com o Judiciário funcionando, com o Congresso aberto, com um partido de oposição é sua inspiração no sistema norte-americano.

O que ocorre nos Estados Unidos? Nos Estados Unidos, prevalece a ideia de Constituição enquanto segurança, segurança de alguns. Para aqueles que criaram a Constituição. Para eles, desde 1787, os homens brancos e proprietários se revezaram no poder. Mudam os nomes a cada quatro anos, mas os interesses são os mesmos; as políticas são praticamente as mesmas; o sistema econômico é o mesmo; a política externa é praticamente a mesma. Muda-se o nome a cada quatro anos. Esse teatro foi ensaiado aqui no período da ditadura: ocorria uma sucessão de generais no poder a cada período de mandato presidencial. Um nome diferente a cada período para representar os mesmos interesses e fazer as mesmas políticas, e ainda uma oposição que não poderia jamais chegar ao poder.

Nesse teatro cínico, assistimos a mais um ato no final dessa ditadura empresarial-militar: o presidente à época, José Sarney, personagem política que surge na ditadura empresarial-militar e que manda no Maranhão desde 1966, convoca uma nova constituinte por meio de uma emenda à Constituição. Não é o caso de discutirmos agora a teoria constitucional. Mas algo que é básico é que é impossível, absurdo convocar-se uma constituinte originária por meio de uma emenda à Constituição. Isso, do ponto de vista da teoria constitucional é um erro crasso; é grosseiro. Mas naquele momento não se tratava de uma questão constitucional, jurídica. A questão não era essa. Sarney envia um recado político: “não estamos rompendo com a ditadura”. Seria mais ou menos isso: a ditadura cumpriu o seu papel, agora chegou o momento de se fazer uma outra Constituição, mas essa Constituição será feita não por uma assembleia constituinte originária, eleita exclusivamente para se fazer a Constituição com sua posterior dissolução e convocação de eleições gerais, mas por um Congresso constituinte com dupla função: poder constituído e poder constituinte, inclusive com a presença de senadores eleitos há quatro anos como legisladores ordinários.

Temos exemplos de poderes constituintes originários radicalmente democráticos recentemente no mundo. Por exemplo, na Venezuela em 1999-2000; no Equador, em 2008; na Bolívia, em 2009. São poderes constituintes originários, democráticos e populares, que resultaram em democracias participativas. Infelizmente aqui no Brasil, a



grande mídia conta-nos que nesses países existem ditaduras. Mas isso é mais um exemplo desse teatro pífilo e cínico, de uma falsa representação do real que é ocultado por essa mídia concentrada construída no período da ditadura militar e uma das nossas trágicas heranças.

Uma outra questão que precisamos discutir no Brasil: o período de transição daquele regime da ditadura empresarial-militar disfarçada em estado de direito para uma democracia constitucional a partir da Constituição de 1988. Essa transição não foi feita de maneira ampla e, logo, gera os fantasmas que carregamos até hoje. Precisamos de uma justiça de transição.

Existem vários filmes muito bons sobre as ditaduras argentina e chilena. Entre estes podemos destacar, no momento, dois: *Cautiva*, sobre o sequestro de bebês pelos torturadores na Argentina, e o outro, *Chove sobre Santiago*, sobre o golpe de Pinochet, patrocinado pelos Estados Unidos.

Dizer que a ditadura Brasileira foi diferente, que foi uma “ditabranda” é uma agressão à memória dos que lutaram, morreram e foram torturados. A ditadura brasileira tem que ser compreendida dentro de um contexto maior. Ela faz parte de um projeto das direitas nacionais na América Latina – fascistas, militares, empresários –, com apoio norte-americano, e viabiliza tudo o que vem depois. Nesse sentido, ela é muito pior, porque a ditadura brasileira viabiliza as outras ditaduras no continente. Assim como foi um ensaio para o que viria depois, ela teve um grau de sofisticação maior que permitiu, inclusive, que hoje existam falsas “democracias” muito sofisticadas.

O importante hoje não é viver em uma democracia, mas acreditar que se vive em uma democracia; o importante não é ser livre, mas acreditar que se é livre. Os Estados Unidos são um grande exemplo disso hoje. O cidadão norte-americano acredita nas instituições; acredita no Senado; no senador da República, na representação política, no “livre mercado”. Eles acreditam que vivem em uma democracia; eles acreditam que são livres. Lembrando Bertold Brecht, “a primeira coisa para se libertar da escravidão é se descobrir escravo”.

Para falar um pouco sobre a necessidade de uma justiça de transição, precisamos lembrar de Freud. Por que falar do Freud? Freud descobre o inconsciente. Enquanto médico, Freud descobre que vários sintomas dos seus pacientes não são causados por problemas físicos. Uma pessoa que não enxerga, mas não tem problema na visão. A outra não consegue andar, mas não tem problema físico que a impeça de andar. A partir

do estudo desses casos, Freud começa a construir uns conceitos importantes. A ideia do inconsciente como um sistema de pensamento oculto e a ideia do recalque como aquilo que escondemos sem percebermos e jogamos para o sistema inconsciente. Todos passamos por determinadas situações traumáticas que são recalçadas, ou seja, escondidas, jogadas para o inconsciente. O grande problema é que não sabemos não só onde escondemos, como não sabemos sequer que escondemos. Esse recalçado irá trazer consequências sérias para a nossa vida e está na explicação dos motivos dos sintomas acima descritos, entre inúmeros outros.

Para encontrar o recalçado, Freud lançará mão de mecanismos como a hipnose, a interpretação dos sonhos, até o posterior desenvolvimento do processo de psicanálise. Lacan continuará esse trabalho com o desenvolvimento do processo de psicanálise para chegar até o inconsciente. Freud perceberá que, chegando ao que foi recalçado, escondido, e trazendo para o plano consciente, o sintoma desaparece. Entretanto, em pouco tempo, outro sintoma toma o lugar do primeiro. Percebe então que não basta revelar, desocultar o trauma recalçado: é necessário enfrentá-lo, superá-lo.

Menciono essas ideias para ilustrar o processo de reconstrução da memória e de justiça de transição em países que passaram por ditaduras. Não basta resgatar a memória, revelar as memórias ocultas, permitir que aquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de contar suas histórias possam contá-las. Além disso, é necessário enfrentar essa história, passar a limpo, julgar os responsáveis.

Existem muitos livros sobre justiça de transição, que estudam vários casos, como os da Itália, Alemanha, África do Sul, Chile, Argentina, Brasil entre outros. Esses estudos nos revelam a gravidade de não se enfrentar o recalçado. Como o fantasma do passado de violência, pode e vai continuar nos assombrando e, muitas vezes, nos calando, nos impedindo de andar.

Esses fantasmas vão se manifestando de várias formas, como a tortura praticada pelo Brasil afora hoje em dia; como a violência crescente; como essa vontade de punição que tomou conta da sociedade brasileira, essa lógica punitiva absurda, que leva as pessoas a acreditarem, de forma enganada, que é possível resolver algum problema da criminalidade diminuindo a maioria penal, aumentando pena, aumentando o efetivo policial. Isso nunca funcionou em lugar nenhum do mundo, em nenhum momento.

Dáí a necessidade de enfrentar os nossos fantasmas. Precisamos resgatar essa memória, as memórias precisam ser reveladas, contadas. E não basta trazer o recalque à tona; não basta trazer o que foi escondido à tona que é o que começamos a fazer atualmente no Brasil. Uma vez trazendo à tona o que foi ocultado, é necessário acertarmos as contas. É necessária uma justiça de transição. Não é tolerável que as pessoas que foram torturadas possam sair às ruas de Belo Horizonte hoje e topar com um ex-torturador tocando num barzinho de *Jazz* por aí afora. Isso não é tolerável.

Mais uma coisa importante. É muito diferente quem lutou contra a ditadura, quem lutou contra a opressão e que nos permitiu vivermos agora em um Estado Constitucional; e quem atuou em regime violento e opressor, contra a Constituição e contra a democracia que foi a ditadura-militar empresarial, que no Brasil se instalou a partir de 1964. Quando falamos em anistia, seria importante lembrar o seguinte: anistia é sinônimo de perdão. Ora, se podemos entender anistia como perdão, então esta não se aplica a essas pessoas, porque essas pessoas não precisam ser perdoadas, precisamos é agradecer a essas pessoas que lutaram pela democracia e pela liberdade. A democracia que temos hoje, com todos os problemas; a possibilidade de falarmos tudo o que falamos hoje, discutindo, lutando para aperfeiçoar a democracia, lutando contra os fantasmas que restaram da ditadura; se hoje vivemos isso é porque existiram pessoas com coragem de lutar, de arriscar a sua vida e sua integridade física. Essas pessoas não devem ser anistiadas, não. Nós temos que agradecer a elas. Obrigado pela sua coragem, que nos permite hoje continuar lutando contra as novas e sofisticadas formas de opressão que existem por aí! De outro lado, só quem pode perdoar um torturador é quem foi torturado.

Já falei muito e vamos encerrando.

Precisamos enfrentar com coragem temas já comentados e que permitirão nos livrarmos dos pesados restos da ditadura no Brasil. Precisamos discutir a justiça de transição. Precisamos acertar as contas com a nossa história. Precisamos discutir o que acontece hoje em termos de segurança pública. Precisamos discutir a questão da segurança pública. Precisamos desmilitarizar a polícia. Precisamos reinventar a polícia brasileira, uma outra polícia, uma polícia que funcione com inteligência e não uma polícia que sistematicamente e diariamente desrespeita a lei e agride os mais pobres.

No Brasil, temos claramente realidades distintas ou dois direitos. O direito para alguns é o estado de exceção permanente para muitos. Dizer que, no Brasil, penas são

leves é ridículo. O sujeito (o pobre, cliente preferencial do sistema penal) apenas por ser pobre, morar em um bairro pobre é, muitas vezes, constantemente humilhado.

Tem uma charge sensacional do Angeli que fala do rolezinho. Aliás, tem duas charges. Uma é assim: dois policiais conversando e no fundo do desenho pessoas andando em direção aos policiais. Um deles comenta: “Nós temos que ficar atentos aos suspeitos, não podemos deixar eles entrarem no *shopping center*”. Aí o outro pergunta: “Mas quem são os suspeitos?” “São aqueles que parecem com a gente.” Uma outra charge: vários adolescentes com as mãos contra a parede e dois policiais os revistando. Um menino vira para um dos policiais e diz: “Pai?!”.

Precisamos acordar; é necessário reinventar a polícia. Uma polícia que proteja a vida acima de qualquer coisa, que proteja as pessoas, todas as pessoas. Uma polícia que funcione com inteligência e que não atue diariamente contra a lei, fora da lei, com violência. Existe um texto da Vera Malaguti Batista, uma importante criminóloga do Rio de Janeiro, onde fica demonstrado que para implantar uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em um bairro rico seria necessário decretar estado de emergência. Mas como as UPPs não estão nos bairros ricos por aí afora, então não precisa. Afinal de contas, o direito é diferente para classes sociais distintas.

Um outro exemplo para finalizarmos: vejamos o que acontece em Belo Horizonte com a população de rua. Você sabia que a população de rua em Belo Horizonte não tem direito à propriedade? Segundo uma normativa da Prefeitura, agentes da prefeitura, os policiais, podem tomar os bens da população de rua e isso não é furto ou roubo. Se tomarem os nossos bens é furto e, usando de força, é roubo. Mas com a população de rua e os bens da população de rua isso não ocorre. Isso é mais um exemplo do que resta da ditadura. O que é um bem de uma pessoa em situação de rua? É a única coisa que resta para aquela pessoa. São mais importantes para ele os últimos e poucos bens que lhe restam que um bem de alto valor econômico para quem tem muito. Entretanto, uma normativa da Prefeitura, baseada em uma decisão do Tribunal de Justiça, autoriza que os agentes possam retirar bens que entendam não serem úteis e necessários. O absurdo, o surreal está à nossa volta.

Muito obrigado pela atenção de vocês.